

# **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO AMBIENTAL DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA SERRA DA CARREGUEIRA**

(artigo 11º do Decreto Lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL nº 58/2011 de 4 de maio)



FEVEREIRO 2020

<b>1. Introdução</b>	
1.1. Identificação do projeto a que se reporta o Relatório de Monitorização	1
1.2. Identificação e objetivos da Monitorização	2
1.3. Âmbito do Relatório de Monitorização	5
1.4. Identificação da equipa responsável pela elaboração do RM	6
<b>2. Antecedentes</b>	
2.1. Identificação dos procedimentos de avaliação e verificação da conformidade ambiental	6
2.2. Identificação das medidas adotadas e previstas para evitar, reduzir ou compensar os impactos objeto de monitorização, por FCD	7
<b>3. Descrição do Programa de monitorização (para cada fator ambiental)</b>	<b>16</b>
<b>4. Resultados dos programas de monitorização (para cada fator ambiental)</b>	<b>24</b>
<b>5. Conclusões/Considerações Finais</b>	<b>31</b>

## 1. Introdução

No âmbito do planeamento e ordenamento do território, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD), em 2009, define Monitorização como um processo contínuo de recolha e avaliação de informações qualitativas e quantitativas de inputs, processos e outputs, de programas e políticas, assim como dos resultados que se pretende alcançar, contribuindo desta forma para um desenvolvimento urbano mais sustentável. A implementação da Monitorização no processo de planeamento pode, assim, alertar para a necessidade de adaptar, alterar ou inverter os objetivos, medidas e ações previstas em Instrumentos de Gestão do Território (IGT), face a mudanças da dinâmica territorial, aquando da execução do plano. Para tal, é necessário proceder à recolha sistemática dos indicadores selecionados para o efeito, da sua combinação e apresentação o que incluirá um processo de avaliação visando a regulação do sistema.

O presente Relatório de Avaliação e Controlo Ambiental, adiante designado por Relatório de Monitorização (RM) do Plano de Urbanização da Serra da Carregueira (PUSC) tem como base as normas constantes do Anexo V da Portaria n.º 395/2015 de 4 de novembro<sup>1</sup> que advém do artigo 6º do mesmo articulado, intitulado "Pós – avaliação".

O presente relatório exhibe, assim, a seguinte estrutura e conteúdo:

1. Introdução
2. Antecedentes
3. Descrição dos programas de monitorização (para cada fator ambiental)
4. Resultados dos programas de monitorização (para cada fator ambiental)
5. Conclusões/Considerações Finais

### 1.1. Identificação do projeto a que se reporta o Relatório de Monitorização

O presente documento constitui o primeiro relatório de Monitorização e Controlo do Procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano de Urbanização da Serra da Carregueira (PUSC), elaborado no âmbito do Decreto-lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL nº 58/2011 de 4 de maio, que estabelece o Regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas, no ambiente, designado por Regime Jurídico de Avaliação Ambiental Estratégica – RJAAE.

---

<sup>1</sup> Revogou a Portaria n.º 330/2001, de 2 de abril

Da articulação dos normativos referidos resulta que é imprescindível implementar um plano de acompanhamento e monitorização que assegure os pressupostos acima enunciados e permita avaliar a execução do plano (PUSC) propriamente dito em sintonia com o previsto no Relatório Ambiental. Assim, o presente Relatório de Avaliação e Controlo Ambiental, adiante designado por relatório de monitorização (RM), dá cumprimento ao previsto na alínea h) do nº 1 do artigo 6º, conjugado com o artigo 11º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL nº 58/2011 de 4 de maio e dos artigos 187º e seguintes do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, sendo assegurada uma efetiva monitorização ambiental e de sustentabilidade. O relatório pretende avaliar se as formas de execução do plano vão de encontro às orientações e objetivos definidos, identificando os efeitos significativos no ambiente, por forma a aplicar as devidas correções definidas na Declaração Ambiental.

Assim sendo e, tendo decorrido quatro anos desde a publicação do PUSC, é oportuno avaliar como se está a proceder a monitorização da componente ambiental do plano, analisando as bases e metodologias que estão na sua origem

O Plano de Urbanização da Serra da Carregueira (PUSC), foi aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de Sintra, em 18 de junho de 2015, sob proposta da Camara Municipal (aprovada a 26 de maio de 2015) e publicado no D.R., II série, nº 216, de 4 de novembro, através do Aviso nº 12900/2015.

No âmbito do seu processo de elaboração, o PUSC foi qualificado e sujeito a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), da qual resultou uma Declaração Ambiental (DA), que foi enviada à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), conjuntamente com o Relatório Ambiental, em cumprimento do disposto no artigo 10º do RJAAE.

Conforme o nº 2 e nº 3 do artigo 11º do Decreto-lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL nº 58/2011 de 4 de maio, os resultados obtidos na avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente são divulgados pela Camara Municipal de Sintra através de meios eletrónicos e remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

## **1.2. Identificação e objetivos da Monitorização**

O Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica (RJAAE), decreto-lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL nº 58/2011, de 4 de maio, estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos significativos de determinados Planos e Programas no ambiente.

O preâmbulo do Decreto-lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL nº 58/2011 de 4 de maio, refere que “ a avaliação ambiental de planos e programas pode ser entendida como um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, que se destina a incorporar uma série de valores ambientais nessa mesma decisão (...) a avaliação ambiental de planos e programas constitui um processo contínuo e sistemático que tem lugar a partir de um momento inicial do processo decisório público (...) A realização de uma avaliação ambiental ao nível do planeamento e da programação garante que os efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração de um plano ou programa e antes da sua aprovação, contribuindo, assim, para a adopção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano ou programa”.

Dando cumprimento à alínea c) do nº 1 do artigo 3º do Decreto-lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL nº 58/2011 de 4 de maio, o Plano de Urbanização da Serra da Carregueira foi sujeito a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

De acordo com o artigo 6º do RJAAE, foi elaborado o Relatório Ambiental (RA) do PUSC, em março de 2014, o qual foi submetido a parecer das entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE)<sup>2</sup>, tendo também sido submetido a consulta pública no âmbito do n.º 7 e seguintes do artigo 7º do referido diploma.

Na fase posterior ao Relatório Ambiental, a Câmara Municipal de Sintra elaborou a Declaração Ambiental (DA) e remeteu-a à Agência Portuguesa do Ambiente, em 2016.

A relevância da fase de avaliação e controlo dos efeitos no ambiente foi tida em consideração no Relatório Ambiental, que contém uma descrição de diretrizes e indicadores de monitorização, tal como previsto na alínea h) do nº 1 do artigo 6º conjugado com o artigo 11º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL nº 58/2011 de 4 de maio e dos artigos 187º e seguintes do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, onde é assegurada uma monitorização e sustentabilidade ambiental para a implementação do plano.

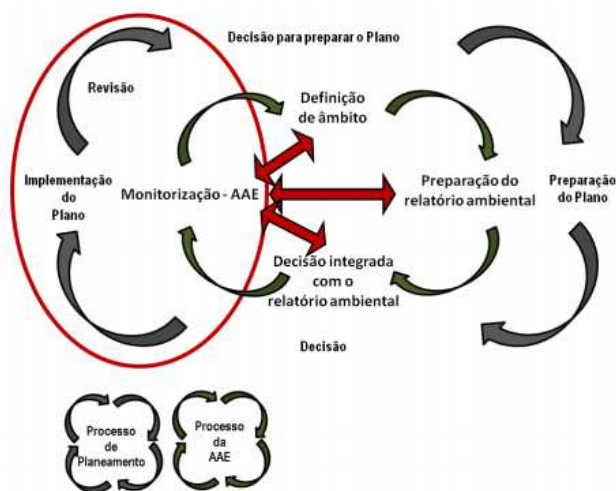
Para Rosário Partidário (1999) as variáveis de um programa de monitorização, com objetivos de acompanhamento do processo de monitorização, podem ser de extrema relevância para se detetar alteração no sistema que não eram expectáveis e que poderão alterar as premissas da decisão estratégica.

---

<sup>2</sup> ERAE consultadas: CCDR LVT, APA, ARHT, ARS LVT, Estradas de Portugal SA, Igespar, LNEG, ANPC, Instituto da Água,

A monitorização surge, assim, como uma peça vital na melhoria qualitativa que se pretende alcançar, com a construção de processos de planeamento flexíveis, moldáveis às necessidades dos territórios, amplamente participados e em busca de soluções sustentáveis.

Através da monitorização da AAE é fomentada a perceção do processo de planeamento, visto alterar a sua abordagem de elaboração estática e linear para uma abordagem dinâmica, contínua e cíclica (Hanush e Glasson, 2008), por forma a se adaptar à realidade, em permanente mudança, conforme figura 1.



Fonte: Adaptado de Hanush e Glasson (2008)

Fig. 1 - Monitorização da AAE dentro do ciclo de planeamento

De modo a concretizar os objetivos da avaliação e controlo ambiental do PUSC, objeto do presente relatório, foi definida a seguinte metodologia:

- Verificação de todas as diretrizes constantes do Relatório e Declaração Ambiental, identificando o instrumento de avaliação proposto para a sua apreciação e seguimento, a entidade responsável pelo reporte de informação sobre a sua execução e o ponto de situação da execução.
- Verificação da eficácia e operacionalidade do quadro de governança para a ação e proposta de ajustamento, tendo presente a listagem de entidades responsáveis pelo reporte de informação.
- Consulta às unidades orgânicas da CMS/entidades identificadas no quadro de governança para a ação com o objetivo de avaliar se as responsabilidades identificadas na Avaliação Ambiental (AA) se mantêm atuais e identificar os aspetos institucionais mais relevantes para a implementação do PUSC.

A referida monitorização é assente num quadro de interação entre o processo de planeamento e AAE, por forma a melhorar a articulação e coerência entre ambos e, favorecendo a comunicação da visão, estratégia e objetivos, bem como a importância e impacte das diversas iniciativas a desenvolver, decorrentes da concretização do Plano.

A avaliação, controlo e acompanhamento dos efeitos significativos no ambiente revela-se, assim, essencial para a averiguação do que está a acontecer, nesta fase de implementação do plano e, do que poderá acontecer no futuro, bem como para comparar as respetivas tendências com os objetivos e metas delineadas na Declaração Ambiental (Office of the Deputy Prime Minister, 2005).

### **1.3. Âmbito do Relatório de Monitorização**

A Avaliação Ambiental do PUSC traduz uma análise das opções estratégicas e ações previstas com a implementação do Plano, tendo sido considerados cinco Fatores Críticos para a Decisão (FCD), sendo eles, a (1) Paisagem Multifuncional e Biodiversidade; a (2) Qualidade do Ambiente; (3) Estilos de Vida; (4) Eficiência Energética e Mobilidade e (5) Modelo de Governança.

No seguimento de comentários recebidos em sede de concertação institucional o quadro de avaliação estratégica foi ajustado, tendo-se adotado definitivamente os FCD que constituíram a estrutura fundamental de avaliação estratégica do PUSC.

Os FCD que suportaram a Avaliação Ambiental do PUSC decorrem, assim, da análise integrada das questões estratégicas do Plano, das questões ambientais legalmente definidas no Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo DL nº 58/2011 de 4 de maio e, relevantes na área do PUSC e, de um quadro de referência estratégico que engloba as macropolíticas de referência, bem como planos e programas relevantes.

Para cada Fator Crítico para a Decisão (FCD) foram definidos critérios de avaliação e indicadores. Os critérios de avaliação atribuem/dão firmeza/consistência aos FCD, assinalando as prioridades de avaliação, enquanto os indicadores (constituem a primeira ferramenta de análise às mudanças que ocorrem na sociedade) pretendem conferir uma dimensão analítica aos FCD permitindo avaliar o desempenho de cada ação e consequentemente do plano de ação definido no plano.

De salientar que a Agência Europeia do Ambiente (AEA), define indicador como um “*meio útil de converter informação complexa em mensagens compreensíveis por todos.*” (in Guia EVALSED – Comissão Europeia 2004).

A conjugação dos FCD com a avaliação da evolução dos indicadores e a análise dos resultados obtidos correspondem à matriz de análise para a fase de relatório de monitorização.

Assim, o objetivo desta fase é o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de indicadores/medidas no âmbito do modelo de avaliação ambiental, constante da Declaração Ambiental, por forma a monitorizar os impactes sobre o ambiente das diversas dinâmicas provocadas pela execução do plano, o que poderá desencadear a introdução de alterações/melhoramentos que reforcem as avaliações anuais futuras.

Através da monitorização ambiental visa-se, essencialmente:

- Envolver as partes interessadas;
- Contribuir para futuras avaliações ambientais estratégicas;
- Avaliar a eficácia das recomendações/medidas de gestão:
- Avaliar o desempenho ambiental do Plano;
- Ligar com outros instrumentos de gestão ambiental;
- Validar as predições efetuadas.

#### **1.4. Identificação da equipa responsável pela elaboração do RM**

O presente relatório de monitorização está a ser efetuado pelo Departamento de Ambiente, Projetos e Fiscalização, Divisão de Planeamento e Projetos Estratégicos.

## **2. Antecedentes**

### **2.1. Identificação dos procedimentos de avaliação e verificação da conformidade ambiental**

Do processo de Avaliação Ambiental, a que foi sujeito o PUSC, foram identificados os principais riscos ambientais (medidas e ações) associados à concretização do Plano, os quais se encontram evidenciados num conjunto de indicadores ambientais, constantes da Declaração Ambiental, que anualmente devem ser avaliados e monitorizados, por força do disposto no Decreto-lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo



DL 58/2011 de 4 de maio e, que tiveram por base o Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão e as Orientações das diversas entidades, com responsabilidades ambientais específicas (ERAE), consultadas.

Nesse sentido, o acompanhamento da execução do plano, relativo aos aspetos de sustentabilidade ambiental, será efetuado através dos indicadores de avaliação ambiental estabelecidos no Relatório Ambiental (RA) e também reproduzidos na Declaração Ambiental, os quais serão atualizados pela entidade responsável pela elaboração do Plano (Câmara Municipal de Sintra) com uma periodicidade mínima anual (cf. determina o nº 2 do artigo 11º do Decreto Lei nº 232/2007, de 15 de junho, na sua atual redação) e que visam assegurar o cumprimento das diretrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, aquando da execução do Plano de Urbanização. Os indicadores servem, assim, para compreender e proceder à avaliação dos FCD elencados na Declaração Ambiental.

O procedimento de avaliação dos FCD, no PUSC, inclui as seguintes fases:

- a) A análise de documentação relevante;
- b) Colaboração com entidades/ unidades orgânicas com responsabilidade no âmbito das medidas de controlo sinalizadas

De referir que o presente relatório de monitorização, decorridos quatro anos da publicação do PUSC, apresenta dados alfanuméricos e espaciais relativos aos anos de 2010 e 2011 e a sua comparação com os dados de 2015, os quais foram recolhidos especificamente para tratar esta matéria.

## **2.2. Identificação das mediadas adotadas e previstas para evitar, reduzir ou compensar os impactes objeto de monitorização, por FCD**

O Relatório Ambiental identifica um conjunto de medidas e ações a desenvolver, de forma a assegurar um bom desempenho ambiental do Plano de Urbanização da Serra da Carregueira de acordo com os objetivos de sustentabilidade definidos. Essas medidas e ações, reproduzidas na Declaração Ambiental, referem-se a diretrizes de planeamento e gestão que correspondem a um conjunto de orientações identificadas como fundamentais que deverão ser integradas nas ações de planeamento subsequentes à aprovação do plano.

Referem-se ainda, a diretrizes de monitorização, que correspondem a um conjunto de procedimentos a serem desenvolvidos no âmbito de um sistema de monitorização da implementação do PUSC.

As medidas a seguir descritas, por Fator Crítico para a Decisão, visam o acompanhamento do Plano no que respeita ao alcance dos objetivos preconizados, por forma a evitar, reduzir ou compensar os impactos objeto de monitorização.

### **FCD #1 – Paisagem Multifuncional e Biodiversidade**

#### **Diretrizes de Planeamento e Gestão**

- Recuperar e preservar o património natural efetivando zonas tampão que protejam os valores da Serra da Carregueira tal como estabelecido no PNPT.
- Garantir a preservação do património cultural.
- Assegurar a promoção de atividades de educação cultural através da aproximação do património público ao munícipe tal como estabelecido nos PDES e PNPT 2007-2025.
- Assegurar a reconversão paisagística de áreas degradadas e promoção de locais com elevada qualidade paisagística.
- Desenvolver medidas que assegurem a manutenção e incremento dos bosques climáticos, sobretudo de quercíneas e controlar e tentar erradicar espécies invasoras tal como estabelecido no Plano Verde de Sintra.
- Assegurar o aproveitamento da ruralidade para o desenvolvimento de turismo de lazer, rural e agrícola tal como estabelecido no PDES.
- Garantir a criação do Parque Municipal da Serra da Carregueira através da reserva de áreas naturais e implementação de percursos pedonais/clicáveis que o estruturam.
- Assegurar a implementação da EEM.
- Promover a reutilização de águas pluviais e outras passíveis de reutilização.
- Assegurar a restrição à ocupação de áreas de sensibilidade ecológica no limite Noroeste da UOPG1 e na UOPG 4.
- Integrar paisagisticamente as operações urbanísticas com utilização de espécies autóctones presentes nas comunidades florísticas ocorrentes, privilegiando a continuidade das áreas naturais e a relação direta entre os espaços urbanizados e os espaços ecologicamente mais sensíveis.
- Acautelar a eliminação de barreiras físicas que originem a fragmentação do território e que coloquem em causa a deslocação de algumas espécies da fauna.
- Assegurar a minimização da perda de área de REN bem como cumprimento das suas funções

## FCD #2 – Qualidade do Ambiente

O fator “Qualidade do Ambiente” avalia a integridade da qualidade física do ambiente, destacando os fatores que afetam a saúde e bem-estar, a prevenção de riscos, e em particular as medidas de adaptação do sistema hídrico e territorial às alterações climáticas.

Para o FCD “Qualidade do Ambiente” foram propostas as seguintes medidas de controlo e avaliação:

- Monitorizar e preservar a qualidade da água
- Adaptação dos sistemas hídrico e territorial às alterações climáticas
- Valorização, conservação e gestão dos recursos florestais, destacando-se a promoção da florestação mista e o restauro das áreas florestais e, sobretudo, a criação de um “Parque Municipal da Serra da Carregueira” e de uma rede de espaços de lazer em espaços verdes.
- Melhoria da qualidade do ar e da saúde pública,
- Diminuição do risco de incêndio
- Diminuição da erosão do solo, para além da salvaguarda de sumidouros naturais de dióxido de carbono que contribuem para a mitigação das emissões de GEE

### **Diretrizes de Planeamento e Gestão**

- Promover medidas de eficiência energética ao nível do edificado em todas as UOPG.
- Assegurar o cumprimento das metas de melhoria da qualidade do ar estabelecidas no PNPOT e ENDS.
- Promover a valorização do Parque Municipal da Serra da Carregueira e implementação da EEM.
- Garantir a integração das melhores práticas ambientais nas operações urbanísticas de reconversão de áreas devolutas e clandestinas existentes.
- Assegurar o cumprimento das metas do PECSAC e, relativamente à proteção, melhoria e recuperação das massas de água até 2015.
- Reforçar a importância da preservação e integração do ambiente envolvente ao património.
- Assegurar a preservação e proteção do corredor estruturante secundário.
- Garantir a adoção de medidas que promovam a permeabilização do solo.
- Adotar medidas de gestão que preservem o sistema hídrico.
- Assegurar a não edificação em zonas de máxima infiltração. (cont...)

**Diretrizes de Planeamento e Gestão** (cont)

- Assegurar a reconversão dos espaços industriais devolutos
- Promover o TP do lado da procura e da oferta. Desenvolver medidas que acautelem o bom estado ambiental como a promoção da permeabilização do solo, melhor gestão do consumo de água e incentivo à racionalização de recursos
- Desenvolver e garantir a implementação de soluções territoriais que considerem o risco sísmico da área do PUSC
- Estabelecer bacias de retenção para eventuais acidentes
- Estabelecer medidas minimizadoras da exposição a campos eletromagnéticos como por exemplo a limitação da construção na proximidade de linhas de média-alta tensão

**FCD #3 – Estilo de Vida**

A definição deste Fator Critico para a Decisão incide sobre o uso do território, por forma a oferecer um estilo de vida próprio a uma comunidade urbana com exigências relativas à valorização da envolvente ecológica, da qualidade territorial no espaço de vizinhança e à presença de áreas centrais como espaços de encontro e de vitalidade social. Para o FCD “Estilo de Vida” foram propostas as seguintes medidas de controlo e avaliação:

- Qualificação do espaço público nas AUGI e também nos núcleos consolidados e nas novas áreas urbanas
- conversão das áreas degradadas,
- reabilitação proposta para as Quintas,
- promoção da Serra como destino turístico.
- diversificação das atividades económicas em meio rural constitui uma oportunidade para a qualificação profissional e também para a promoção e qualificação de produtos locais,
- reforço previsto ao nível dos equipamentos sociais (educação, saúde) e também das estruturas de lazer

### **Diretrizes de Planeamento e Gestão**

- Garantir a manutenção dos solos rurais e naturais e impedir a expansão da mancha urbana.
- Assegurar a eliminação progressiva de barreiras arquitetónicas no espaço público e outros impedimentos à devida circulação e acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida.
- Assegurar a aplicação de boas práticas e “standards” elevados na constituição de novos espaços públicos. Promover a reabilitação e qualificação dos espaços públicos existentes.
- Garantir captações de equipamentos e espaços verdes/de lazer de acordo com boas práticas nacionais e internacionais.
- Garantir o acesso universal aos equipamentos e espaços propostos, nomeadamente a pessoas com mobilidade reduzida.
- Dinamizar os espaços de lazer propostos e garantir a sua manutenção.
- Garantir que as espécies arbóreas a plantar não são causadoras de alergias e são autóctones ou compatíveis com a flora portuguesa regional.
- Garantir a contenção da expansão urbana reforçando a fiscalização e licenciamento cuidado.
- “Assegurar que o novo investimento em turismo residencial se realiza em condições que assegurem a sustentabilidade e a preservação dos valores ambientais e paisagísticos que estão na base da atratividade da AML”.<sup>4</sup>
- “Atingir, em 2015, uma quota de 65% dos estabelecimentos de 4 e 5 estrelas no total da capacidade.”
- “Aumentar para 35% o peso das dormidas em regiões de menos procura.”<sup>5</sup>
- Garantir o cumprimento de capacidades máximas para as diferentes tipologias de alojamento, principalmente em meio rural (Quintas).<sup>6</sup>
- Implementar uma estrutura de sinalética turística e mobiliário urbano coerente e com design de qualidade de modo a melhorar a capacidade de fruição turística da cidade.
- Promover os produtos locais nos meios de promoção turística disponíveis.
- Dinamizar complementaridades público-privadas e entre privados para a valorização do património e identidade cultural da Serra (e.g. criando condições para a criação de fóruns).

(cont...)

**Diretrizes de Planeamento e Gestão** (cont)

- “Reduzir para 9% a taxa de desemprego jovem em 2020”, atingir uma “taxa de desemprego de longa duração de 25% do total do desemprego em 2020.”<sup>7</sup>
- Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas do meio rural, apostando na afirmação de um leque de especializações rurais diferenciadoras.
- Promover os produtos locais nos meios de promoção turística disponíveis.
- “Garantir mecanismos de inclusão social, informacional e territorial”
- Garantir a qualificação do espaço público em zonas degradadas não classificadas como AUGI.
- Qualificar o espaço público de uma forma uniforme criando condições para a sua utilização, nomeadamente com a criação de praças e passeios pedonais.
- Definir medidas concretas e envolver os agentes relevantes para a promoção do património local
- Promover o elevar dos níveis médios de habilitações entre a população residente

**FCD#4 Eficiência energética e mobilidade**

O objetivo principal deste fator consiste em motivar soluções de construção do edificado, de mobilidade e de acessibilidade endógena e exógena à Serra da Carregueira compatíveis com princípios de eficiência energética.

Para o FCD “Eficiência energética e mobilidade” foram propostas as seguintes medidas de controlo e avaliação:

- reforço da promoção dos meios de mobilidade suave.
- medidas de promoção e aproveitamento da energia solar e de fomento da eficiência energética, potenciando o aproveitamento local e transversal de FER.

### **Diretrizes de Planeamento e Gestão**

- Alargamento das áreas e do âmbito geográfico de aplicação das medidas 1.9.1., 1.9.2, 1.11.1., 1.11.2., 1.10.1.
- Adotar uma política proactiva de educação ambiental.
- Garantir a otimização energética dos edifícios e infraestruturas do PUSC.
- Aumentar o número de certificados residenciais emitidos e aumentar a penetração de equipamentos de elevada eficiência (PNAC).
- Assegurar a regulamentação de medidas de aproveitamento da energia solar, quando aplicável.
- Aumento da potência instalada proveniente de microprodução ou que a produção de FER represente 39% até 20109 (PNAEE; ENDS).
- Adotar uma política proactiva de educação ambiental.
- Adotar uma política municipal de mobilidade sustentável.
- Valorizar áreas adequadas à mobilidade suave.
- Assegurar um transporte do BCC até à linha de Sintra (estação Queluz/Belas).
- Promoção do TP através de campanhas no sentido de cativar pela oferta de uma experiência económica, agradável e sustentável.
- Promover ações de sensibilização para a sustentabilidade nos transportes.
- Assegurar as metas impostas pelo PNAEE de assegurar a transferência modal de 5% do TI para TP até 2015 na AML
- Regular medidas de eficiência energética para o edificado.
- Regular o aproveitamento, quando aplicável, da energia solar na construção de infraestruturas. Garantir que, em sede de projeto, são salvaguardados os links de feixes hertzianos do MDN/Força Aérea.
- Regular a proteção das áreas florestais estruturantes da área do PUSC.
- Assegurar o ajustamento dos níveis de serviço de TP.
- Promover a mobilidade suave como parte integrante da rede de mobilidade.
- Sensibilização para ou uso do TP.
- Reabilitar acessos para permitir o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.
- Submeter a aprovação pela entidade competente as alterações à rede viária que se venham a concretizar em sede de plano de pormenor.

### **FCD#5 - Modelo de governança**

Pretende-se com esta opção de planeamento assegurar o sucesso dos objetivos coletivamente estabelecidos e a viabilidade funcional e económica necessária à sustentabilidade global da serra da Carregueira.

Para o FCD “Modelo de governança” foram propostas as seguintes medidas de controlo e avaliação:  
a definição de mecanismos de execução urbanística nas UE com o envolvimento dos privados

#### **Diretrizes de Planeamento e Gestão**

- Clarificar os usos característicos, usos permitidos e parâmetros urbanísticos.
- Promover a transparência da programação e os mecanismos de intervenção público-privada.
- Promover a aplicação de revisões periódicas do PUSC tendo em as dinâmicas territoriais adequadas e monitorização.
- Otimizar o funcionamento dos serviços.
- Garantir a melhor relação custo-benefício nos diversos sectores de intervenção municipal.
- Otimizar os recursos existentes para evitar a dispersão de esforços e meios, garantir a qualidade e eficácia pretendidos, e maximizar a sua utilização.
- Definir um modelo de governação que assegure a articulação entre a administração pública, o sector privado e a sociedade civil para conjugação dos interesses comuns.
- Clarificar as condições em que as atividades de exploração de recursos se possam desenvolver cumulativamente.
- Definir estratégias integradas de desenvolvimento de segmentos associados ao turismo.
- Promover e comercializar novas unidades de alojamento turístico.
- Promover a iniciativa privada, as parcerias público-privadas e a participação pública na dinamização e projeção da Serra da Carregueira.
- Incentivar a gestão conjunta do Parque Municipal da Serra da Carregueira e promover o envolvimento ativo dos cidadãos na promoção da utilização sustentável.
- Apostar em cedências para ativar mecanismos de coresponsabilização.
- Promover a combinação de mecanismos de financiamento público-privado para a gestão do PUSC
- Garantir a existência de um quadro regulamentar para licenciamento das atividades que se desenvolvem e conformidade com as indicações do PUSC. (cont...)



**Diretrizes de Planeamento e Gestão** (cont)

- Orientar a atuação dos agentes envolvidos na atividade de planeamento e gestão.
- Assegurar o desenvolvimento de metodologias e ferramentas de participação pública.
- Promover sessões públicas de esclarecimento e debate descentralizadas por UOPG.
- Promover o recurso a formas de envolvimento dos cidadãos no planeamento e gestão municipais.
- Assegurar o estabelecimento de um modelo de governação como estrutura de gestão do PUSC, definindo claramente responsabilidades e competências, bem como a capacitação necessária para assegurar esta função, prevendo nomeadamente os recursos necessários.
- Limitar a intervenção dos privados nas zonas consideradas estratégias para a gestão pública do PUSC.
- Desenvolver e implementar mecanismos que impeçam o aparecimento de novos clandestinos e assegurem a demolição das edificações ilegais.
- Fixar os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território.
- Evitar a proliferação de iniciativas turísticas em meio rural sem garantia de viabilidade económica e ambiental.
- Estabelecer critérios para o licenciamento de atividades turísticas.
- Incentivar e promover a cooperação e formação de parcerias entre os diferentes sectores.
- Assegurar a criação das condições de atratividade.
- Garantir que o financiamento é simultaneamente adequado e fiável ao nível em que vai ser aplicado.
- Reforçar a eficácia da fiscalização e melhorar a aplicação da legislação existente.
- Criar redes de cooperação entre as partes interessadas e uma plataforma de informação e comercialização da Serra da Carregueira.
- Promover a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos para reforçar a qualidade e eficiência da gestão territorial.
- Incentivar à criação de redes de infraestruturas de TIC.

### **3. Descrição do Programa de monitorização (para cada fator ambiental)**

A monitorização pressupõe a construção de um conjunto de indicadores que servirão de base à avaliação das medidas implementadas em função dos objetivos delineados por FCD, mencionados na Declaração Ambiental.

A construção de indicadores, sobre o qual a monitorização assenta, torna possível, assim, não só a avaliação de resultados, como a determinação de progressos, ou a verificação da eficácia das medidas mencionadas e propostas na DA, permitindo as necessárias adaptações de modo a abarcar a especificidade da realidade territorial em causa, e promovendo a comparação entre os vários momentos de avaliação/monitorização. Para tal, torna-se impreterível a construção dos indicadores de acordo com o princípio SMART – Specific, Measurable, Attainable, Relevant, Time bound, ou seja:

- Específico: cada indicador deve cingir-se a um tópico objetivo, permitindo uma interpretação clara e indubitável;
- Mensurável: deverão ser, preferencialmente, escolhidos indicadores passíveis de ser quantificáveis;
- Alcançáveis: a informação necessária à composição do indicador deverá ser efetivamente possível de recolher do ponto de vista operacional, e também em tempo útil;
- Relevante: cada indicador deverá contribuir de forma pertinente para a análise variável em estudo;
- Limitado no tempo: deverá ser possível identificar claramente qual o limite temporal a que o indicador se refere.

Tendo em consideração as características e os critérios mencionados, o modelo proposto para construção do conjunto de indicadores baseia-se na ferramenta de avaliação MaxSumo, uma metodologia sistemática de avaliação e planeamento de medidas, em articulação com o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS), que por sua vez se baseia no modelo conceptual Driving Forces-Pressure-State-Impact-Response (DPSIR) adotado pela Agência Europeia do Ambiente, e em articulação com as diretrizes que constam na Declaração Ambiental do Plano de Urbanização da Serra da Carregueira (PUSC).

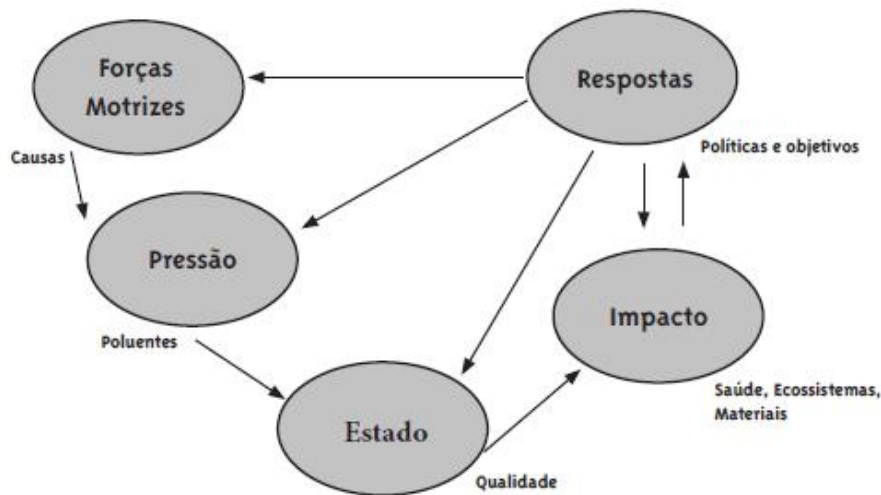


Figura 2 - Modelo conceptual Driving Forces-Pressure-State-Impact-Response (DPSIR)

A metodologia DPSIR, apresenta estágios de relações causais que começam com força motriz (dos setores económicos, das atividades humanas), por meio de pressões (emissões, falta de abastecimento de água) e estados (físico, químico e biológico), causando impactos sobre ecossistemas, saúde e funções humanas e respostas das políticas (sociedade, fixação de metas, indicadores, poder público), relações retratadas na figura 1.

Este capítulo faz referência à análise, por Fator Crítico para a Decisão (FCD), sobre as diretrizes, os critérios e indicadores de monitorização, por forma a obter informações relevantes acerca das medidas preventivas a adotar no PUSC, de forma a prevenir e minimizar os impactos no ambiente sendo, portanto, um importante instrumento para um desenvolvimento sustentável.

Foi assim, proposto, para cada FCD, um plano de monitorização com referência às diretrizes para seguimento e indicadores de monitorização aplicáveis, valores base apurados aquando de publicação do PUSC, unidades de medida, periodicidade das monitorizações e respetivas fontes de informação. Faz-se, ainda, referência às várias entidades intervenientes e respetivas tarefas/competências atribuídas, tendo sempre por base a sustentabilidade da estratégia definida por FCD.

A ação de avaliação para o desenvolvimento sustentável pressupõe assim o desenvolvimento de atividades de monitorização através da recolha, compilação e tratamento de dados de forma sistemática, que permitam compreender as causas e os efeitos no ambiente.

Decorridos quatro anos após a publicação do PUSC, são apresentados como padrão dados alfanuméricos e espaciais relativos aos anos de 2001 e 2011, obtidos através dos dados censitários existentes e, a sua comparação com os dados de 2015, os quais foram recolhidos especificamente para tratar esta matéria. O indicador deve ser sempre quantificável, pois a função dos indicadores é controlar, medir, acompanhar e melhorar resultados. Contudo, existem indicadores de monitorização não quantificáveis cuja avaliação depende da intervenção e opinião da população alvo na área do Plano.

É feita referência às diretrizes de governança, isto é, às entidades responsáveis ou com responsabilidade na monitorização e avaliação dos indicadores, como suporte à decisão ambiental do PUSC.

Não obstante a atualização dos resultados de controlo seja de periodicidade anual, de acordo com o artigo 11º do DL n.º 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo DL 58/2011, de 4 de maio, julga-se que, apenas neste momento se justifica uma primeira ação de monitorização das medidas de controlo, na medida em que, desde a entrada em vigor, o PUSC sofreu intervenções pouco significativas, traduzidas em níveis de execução reduzido.

De ressaltar que o processo de monitorização não é estanque, podendo ser alvo de adaptações, ou alterações, que tenham em vista não só o incremento da qualidade dos dados recolhidos durante a fase de monitorização, mas também a consequente melhoria da avaliação realizada.

Destacam-se, em seguida, os indicadores que se considera serem relevantes para que se proceda ao acompanhamento dos efeitos ambientais da execução do PUSC, no território em causa, através das várias entidades intervenientes, e respetivas tarefas/competências atribuídas, tendo por base a sustentabilidade da estratégia definida em cada Fator Crítico para a Decisão (FCD).

<b>FCD#1 Paisagem multifuncional e biodiversidade</b>				
<b>Crítérios de Avaliação</b>	<b>Diretrizes de monitorização</b>	<b>Indicadores de monitorização</b>	<b>Diretrizes Governança (entidades intervenientes)</b>	<b>Tarefas /competências atribuídas</b>
Valorização ambiental dos Recursos Hídricos	Monitorizar a atratividade da paisagem	variação do numero de projetos de reconversão paisagistica	CMS, APA, CCDR LVT	Promoção e salvaguarda dos espaços verdes existentes. Criação de novos espaços verdes de utilização coletiva
	Monitorizar a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade dependentes da água subterrânea nas áreas de proteção de recarga de aquíferos (AEPRA)	variação da proporção de áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos (AEPRA) (variação de humidade no solo)	CCDR LVT, APA, LNEG	Proteger e recuperar as massas de águas subterrâneas e superficiais , vulneráveis à poluição e às pressões existentes resultantes de actividades e ou instalações, garantir a sustentabilidade dos ecossistemas de águas subterrâneas, principalmente nos aquíferos cársicos, como por exemplo invertebrados que ocorrem em cavidades e grutas, assegurar o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos subterrâneos e a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade dependentes da água subterrânea, com particular incidência na época de estio.
Conservação e valorização do património	Monitorizar a salvaguarda e conservação do património natural	Variação da proporção de áreas com sensibilidade ecológica edificadas	CCDR LVT, APA, população em geral, CMS	Controlar e proteger as áreas com sensibilidade ecológica edificada. Comunicar situações que possam colocar em risco o estado de integridade e de equilíbrio sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade e contribuir para os processos de participação pública
		Variação da área e tipo de coberto vegetal	ICNF, AFN (DRAP LVT), População em geral, CMS	Proteger e salvaguardar os sistemas florestais com elevado interesse ambiental . Colaborar ativamente nos processos de valorização dos recursos naturais existentes
	Monitorizar a salvaguarda e conservação do Património Cultural	Evolução do estado de conservação do património cultural	CMS, DGPC	Proteger e valorizar o patrimonio cultural existentes
	Monitorizar divulgação dos valores naturais e culturais	Evolução do estado de conservação do património cultural	CMS, DGPC, Turismo Portugal, CCDR LVT, DRAP LVT, ICNF, APA, população em geral	Numero de ações de divulgação (campanhas, palestras, caminhadas, visitas, entre outras) dos valores naturais e culturais existentes
Multifuncionalidade da Paisagem	Monitorizar a criação do Parque Municipal da Serra da Carregueira de usos múltiplos	Variação do número de percursos pedonais e cicláveis implantados	CMS, IPDJ	quantificação e promoção de percursos pedonais e cicláveis e respetivas informações associadas para divulgação do património existente
		Evolução das áreas naturais afetas ao Parque Municipal da Serra da Carregueira	CMS, CCDR LVT	Salvaguarda das áreas naturais existentes e promoção da criação de novas
		Variação do número e tipo de atividades associadas ao Parque Municipal da Serra da Carregueira	CMS, APA, IPDJ	ver o numero e tipo de cobertura de equipamentos coletivos de desporto, lazer e saude, promoção de atividades ligadas à linha de água e respetivos ecossistemas existentes e criação de um centro de interpretação ambiental
	Monitorizar a diversificação funcional do turismo	Evolução dos usos associados às Quintas e da sua ocupação	CMS, Instituto do Turismo, DGPC	Averiguação da tipologia de empreendimento turistico associados às quintas. Nº de quartos/de camas e usos complementares associados compatíveis com a tipologia

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA SERRA DA CARREGUEIRA  
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO AMBIENTAL  
(artigo 11º do Decreto Lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL nº 58/2011 de 4 de maio,)

<b>FCD#2 Qualidade do ambiente</b>				
<b>Crítérios de Avaliação</b>	<b>Diretrizes de monitorização</b>	<b>Indicadores de monitorização</b>	<b>Diretrizes Governança (entidades i</b>	<b>Tarefas /competências atribuídas</b>
Qualidade física do ambiente	Monitorizar o cumprimento das metas de qualidade das águas subterrâneas e superficiais	Estado da qualidade das águas superficiais e subterrâneas. Taxa de emissão de poluentes	CMS, APA	Proteger, melhorar e recuperar as massas de água superficiais e subterrâneas com o objetivo ambiental de alcançar um "Bom Estado" ecológico e químico das águas (Plano Nacional da Água/Diretiva do quadro da água - PNA/QDA)
	Monitorizar a pressão sobre a disponibilidade dos recursos hídricos.	Captação de água subterrânea e superficial.	CMS, APA, setor privado e população em geral	Assegura a integridade hidrica da região hidrográfica
		Variação do consumo de água.	setor privado e população em g	Medir e controlar os níveis hidricos existentes na região hidrográfica
	Monitorizar o cumprimento das metas de qualidade do ar.	Evolução da qualidade do ar. Nº de dias com indice da qualidade do ar Bom e Muito Bom	CCDR LVT, APA, CMS	Cumprimento dos valores limites legais estabelecidos para os parametros de qualidade do ar definidos no PROT AML e legislação especifica
	Monitorizar o cumprimento dos níveis de ruído admissíveis nas várias zonas e período do dia.	Evolução dos níveis de ruído nas várias zonas e período do dia. % população exposta a determinadas classes de níveis sonoros	CMS, APA	Cumprimento dos níveis de ruído de acordo com o Regulamento Geral do Ruído
	Monitorizar a concretização de propostas que não aumentem o risco de cheias ou ponham em causa o normal funcionamento dos regimes hídricos, através da proteção do corredor estruturante secundário.	Propostas que minimizem o risco de cheias e que promovam a proteção do corredor estruturante secundário.	APA, CCDR LVT,CMS	Contribuir para a articulação institucional, promovendo a criação de plataformas colaborativas e a monitorização e disponibilização de informação relacionada com assuas áreas de competência, nomeadamente no âmbito
Adaptação às alterações climá	Monitorizar a evolução da disponibilidade dos recursos hídricos face às AC.	Níveis de recarga dos aquíferos	APA	Exercer uma ação concertada e assertiva traduzida nem duas linhas de atuação – Mitigação e Adaptação dos fenómenos hidricos resultantes das alterações climáticas
Riscos naturais e tecnológicos	Monitorizar a implementação de medidas de eficiência energética ao nível do edificado.	Assegurar que as operações urbanísticas implementam soluções para a eficiência energética.	CMS, ADENE	Monitorizar e controlar as operações urbanísticas propostas
	Monitorizar a promoção do uso de TP em detrimento de TI.	Evolução do número de residentes ativos e estudantes que se deslocam em TI.	setor privado e população em g	Monitorizar o numero de população residente ativa e estudantil e os movimentos migratórios que se registam.
	Monitorizar o destino final dos resíduos produzidos	Percentagem de resíduos reciclados ou valorizados orgânica ou materialmente.	setor privado população em geral CMS	Incentivar o aumento da taxa de adesão à separação e reciclagem de resíduos
		Percentagem de resíduos destinados a aterro.	setor privado CMS	Incentivar o aumento da taxa de adesão à separação e reciclagem de resíduos
Monitorizar a implementação de campanhas de prevenção de resíduos	Percentagem de resíduos produzidos nos vários setores.	CMS e setor privado	Promover ações específicas de prevenção, gestão e sensibilização da separação de resíduos	

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA SERRA DA CARREGUEIRA  
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO AMBIENTAL

(artigo 11º do Decreto Lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL nº 58/2011 de 4 de maio,)

FCD#3 Estilo de vida				
Critérios de Avaliação	Diretrizes de monitorização	Indicadores de monitorização	Diretrizes Governança (entidades intervenientes)	Tarefas /competências atribuídas
Qualidade dos espaços urbanos e conflitos de uso	Monitorizar a evolução da mancha urbana	Variação do peso da área urbana no total da área do PUSC. Índices de permeabilidade	CMS	Dar cumprimento ao estabelecido no Regulamento do PUSC
		Variação da densidade habitacional e populacional.	CMS e INE	Monitorizar a população residente e presente
		Variação da proporção de área classificada como dispersa	CMS	Dar cumprimento ao estipulado no Regulamento do PUSC e PDM quanto à ocupação do uso do solo
	Monitorizar a execução da reabilitação das AUGI e áreas degradadas.	Variação do peso da área identificada como AUGI ou clandestina na área do PUSC.	CMS	Controlar os défices infraestruturais existentes, nomeadamente ao nível do saneamento básico.
		Variação da percentagem de edifícios considerados em ruína ou mau estado.	CMS	Dar cumprimento ao estipulado no Regulamento Municipal para Reversão Urbanística das Áreas Urbanas de Gênesis Ilegal de Sintra
		Variação do peso do comércio e serviços no total da área de construção nova e existente. Área ocupada por solo urbano e por solo rural. Relação entre a área do espaço programado no PDM e o total do solo urbano	CMS, setor privado e população em geral	Dar cumprimento ao estipulado no Regulamento do PUSC e PDM quanto à ocupação do uso do solo
Monitorizar a evolução da multifuncionalidade dos espaços urbanizados.	Variação do peso do comércio e serviços no total da área de construção nova e existente. Área ocupada por solo urbano e por solo rural. Relação entre a área do espaço programado no PDM e o total do solo urbano	CMS, setor privado e população em geral	Os SMAS devem garantir a gestão eficaz do ciclo urbano da água e dos resíduos, criando valor económico e social, focado nos utilizadores, desenvolvendo boas práticas ambientais de gestão e de motivação	
Monitorizar a cobertura de infraestruturas urbanas.	Variação da população servida por Sistemas de abastecimento de água, Sistemas de drenagem de águas residuais, ETAR e RSU.	CMS/SMAS e setor privado	Dar cumprimento ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Sintra	
Monitorizar a qualidade e acessibilidade dos espaços públicos.	Variação do número, tipo e localização de barreiras arquitetónicas.	CMS		
Valências turísticas e de lazer	Monitorizar a evolução da ocupação turística nas Quintas.	Variação número de alojamentos, por níveis de classificação, nas Quintas.	CMS, DGPC, Iturismo, setor privado	Incentivar e promover a ocupação turística nas Quintas
	Monitorizar a ocupação do solo nas Quintas.	Variação do IMO nas Quintas.	CMS Iturismo DGPC	Acompanhar e orientar a inserção de novas construções nas Quintas
	Monitorizar a qualificação da oferta turística	Variação da percentagem de alojamentos de 4 e 5 estrelas na área do PUSC.	CMS, Iturismo	Garantir a localização adequada dos empreendimentos face à procura dos mesmos dando cumprimento ao definido na área do Plano
	Monitorizar a variação da relação oferta/procura de alojamento turístico.	Variação do número de dormidas e das taxas de ocupação dos alojamentos na área do PUSC.	CMS, Iturismo	Mpromover e monitorizar a diversificação de actividades económicas, nomeadamente ligadas ao sector do turismo, para incrementação social e económica da área do PUSC
Cultura/Imagem e identidade local	Monitorizar a promoção dos produtos locais.	Variação do número de ações de promoção de produtos locais e da despesa pública associada.	CMS, setor privado e população em geral	Integrar a Serra da Carregueira na estratégia de promoção "Marca Sintra" e promover os produtos locais nos meios próprios de comunicação.
	Monitorizar a dinamização e qualificação do comércio local.	Variação da diferença entre o número de sociedades / empresas constituídas e dissolvidas na área do comércio local (CAEH, G) ou do número de empregados.	CMS, setor privado e população em geral	Monitorizar e promover a evolução das dinâmicas territoriais e socioeconómicas na área do PUSC
	Monitorizar o peso dos residentes locais no emprego do sector da hotelaria.	Variação da percentagem de residentes nas freguesias de Belas e Almargem do Bispo no total do emprego no sector da hotelaria na área do PUSC	CMS e INE	Contabilizar o nº de empregados e promover o emprego nos varios sectores de actividade
	Monitorizar a diversificação das atividades no meio rural.	Variação dos tipos (CAE) de atividades económicas instaladas em solo rural.	CMS, setor privado e população em geral	Contribuir para a dinamização dos espaços de lazer e das atividades económicas locais, promovendo a diversificação de atividades económicas, de modo a alargar o leque de setores económicos estruturais no PUSC.
	Monitorizar a promoção pública do património local.	Variação da despesa pública em recuperação e promoção do património na área do PUSC	CMS, DGPC	Manter atualizada a informação disponibilizada sobre o património existente. Fomentar e apoiar as actividades culturais, nomeadamente que contribuem para o reforço das identidades locais. Acompanhar e orientar a inserção de novas

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA SERRA DA CARREGUEIRA  
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO AMBIENTAL  
(artigo 11º do Decreto Lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL nº 58/2011 de 4 de maio,)

<b>FCD#4 Eficiência energética e mobilidade</b>				
<b>Crítérios de Avaliação</b>	<b>Diretrizes de monitorização</b>	<b>Indicadores de monitorização</b>	<b>Diretrizes Governança (entidades interv)</b>	<b>Tarefas /competências atribuídas</b>
Eficiência energética	Monitorizar a eficiência energética na construção de novas infraestruturas.	Varição de intensidade e consumos energéticos per capita.	CMS, EDP	Monitorização da variação do consumo de eletricidade
		Soluções adotadas para a eficiência energética dos edifícios.	CMS, Setor Privado (ADENE), população	Incentivo para adaptação de soluções para a eficiência energética consuante o edifício, uso e localização
	Monitorizar a promoção e utilização da energia solar nas infraestruturas a construir.	Programas, medidas e iniciativas municipais para a eficiência energética e promoção de FER (solar).	CMS	Criar incentivos municipais para a eficiência energética
		Taxa efetiva e potencial de aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável (solar) (MWh).	ADENE	Visar o desenvolvimento de atividades de interesse público na área da energia, do uso eficiente da água e da eficiência energética na mobilidade.
Aproveitamentos de recursos energéticos renováveis e mitigação de emissões de CO2	Monitorizar a valorização das áreas florestais como sumidouros de carbono.	Área florestal com potencial de sequestro de carbono	CMS, SMPC, DRAP LVT- DGF, setor privado e população em geral	Promover ações de limpeza das áreas florestais ; manter os espaços florestais de forma cuidada
Mobilidade	Monitorizar a atratividade e qualidade do TP	Tempo de deslocação por meio de transporte. Grau de eficácia da rede de acessibilidades	CMS, Setor Privado população geral	Monitorizar o tempo de deslocação modal
		Repartição modal nas deslocações casa-trabalho, trabalho		Incentivar a utilização de TP e a ligação da ciclovias existente no PUSC com os TP
		Atratividade do TP e alternativas de transporte. Cobertura da rede de transportes colectivos		Melhorar os transportes coletivos e ajustar os horários ao funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços
	Monitorizar o recurso ao TI.	Veículos em circulação e intensidade de tráfego.	CMS, Setor Privado população geral	Desencorajar o TI
	Monitorizar o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.	Acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.	CMS	Garantir a acessibilidade reduzida em todos os serviços públicos
	Monitorizar a mobilidade suave	Redes pedonais e de ciclovias na área do PUSC. Índice de conectividade pedonal e ciclável	CMS população em geral	Incentivar a utilização das redes pedonais e cicláveis existentes no PUSC



PLANO DE URBANIZAÇÃO DA SERRA DA CARREGUEIRA  
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO AMBIENTAL

(artigo 11º do Decreto Lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL nº 58/2011 de 4 de maio,)

FC#5 - Modelo de Governação				
Critérios de Avaliação	Diretrizes de monitorização	Indicadores de monitorização	Diretrizes Governança (entidades intervenientes)	Tarefas /competências atribuídas
Gestão adaptativa e Colaboração Público-Privado	Monitorizar a capacitação para a implementação do PUSC.	Grau de concretização do PUSC.	CMS, Organismos sectoriais da Administração Pública, CCDR LVT, privados e população em geral	Assegurar que os critérios de interpretação do PROT – AML à escala local são claros para a CMS, monitorizando e garantindo a correta implementação das estratégias e promovendo parcerias.
		N.º de ações enquadradas por UE.	CMS, Organismos sectoriais da Administração Pública, CCDR LVT, privados e população em geral	Contribuir para a articulação e cooperação institucional, promovendo a criação de plataformas colaborativas e a monitorização e disponibilização de informação relacionada com as suas áreas de competência.
		Atribuição de recursos por sector e sua utilização.	CMS	
	Monitorizar a eficácia das plataformas colaborativas.	Sistematização e justificação das situações de inconformidade ou desadequação.	CMS, CCDRLVT	Articular as ações de planeamento e gestão com as estratégias regionais em matéria de Ordenamento do Território.
		N.º de parcerias com atores locais para iniciativas de regeneração urbana.	CMS, CCDR LVT	Promover a partilha de informação.
		N.º de ações de cooperação territorial envolvendo a CMS.	CMS, Organismos sectoriais da Administração Pública, CCDR LVT, privados e população em geral	Assegurar e reforçar o papel liderante, desempenhando uma função catalisadora e dinamizadora de projetos futuros.
	Monitorizar o funcionamento e manutenção do sistema proposto.	N.º de parcerias público-privadas de implementação turística.	CMS, Organismos sectoriais da Administração Pública, CCDR LVT, privados e população em geral	Promover e articular as ações de planeamento e gestão com as partes interessadas.
		Porcentagem do orçamento municipal afeto a iniciativas de revitalização urbana.	CMS	Incentivar o estabelecimento de modelos de cooperação público-privada.
		Intervenções com responsabilidade dos privados.	CMS, Privados	Desenvolver ações de capacitação técnica ao nível dos serviços internos para implementar adequadamente o modelo de gestão integrada preconizado pela divisão em UOPG.
		Fiscalizar a ocupação urbana ilegal.	CMS, CCDR LVT	Elaborar um guia de boas práticas de elaboração de processos de participação pública
Modelos de participação e envolvimento de agentes	Monitorizar a implementação de projetos e atividades futuras	Índice de cedências concretizado para áreas de equipamentos e desenvolvimento turístico.	CMS, CCDR LVT, Organismos sectoriais da Administração Pública	Planear as ações de fiscalização de forma integrada com os demais sectores da autarquia.
		Concretização de projetos.	CMS	Estimular e apoiar projetos que fomentem o aparecimento de novas dinâmicas de produção e procura.
		Fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares.	CMS, CCDR LVT, Organismos sectoriais da Administração Pública	Adotar modelos mais sustentáveis na gestão operacional das suas atividades.
	Monitorizar a participação dos cidadãos e a eficácia dos processos de envolvimento.	Novos licenciamentos	CMS	Incentivar o estabelecimento de modelos de cooperação público-privada.
		Grau de satisfação dos processos de participação pública.	CMS	Incentivar a participação pública.
		Grau de concretização de intervenções públicas no âmbito de processos de participação pública.	CMS, CCDR LVT	Ter iniciativas individuais de participação e exercício da cidadania, nomeadamente na monitorização do PUSC.

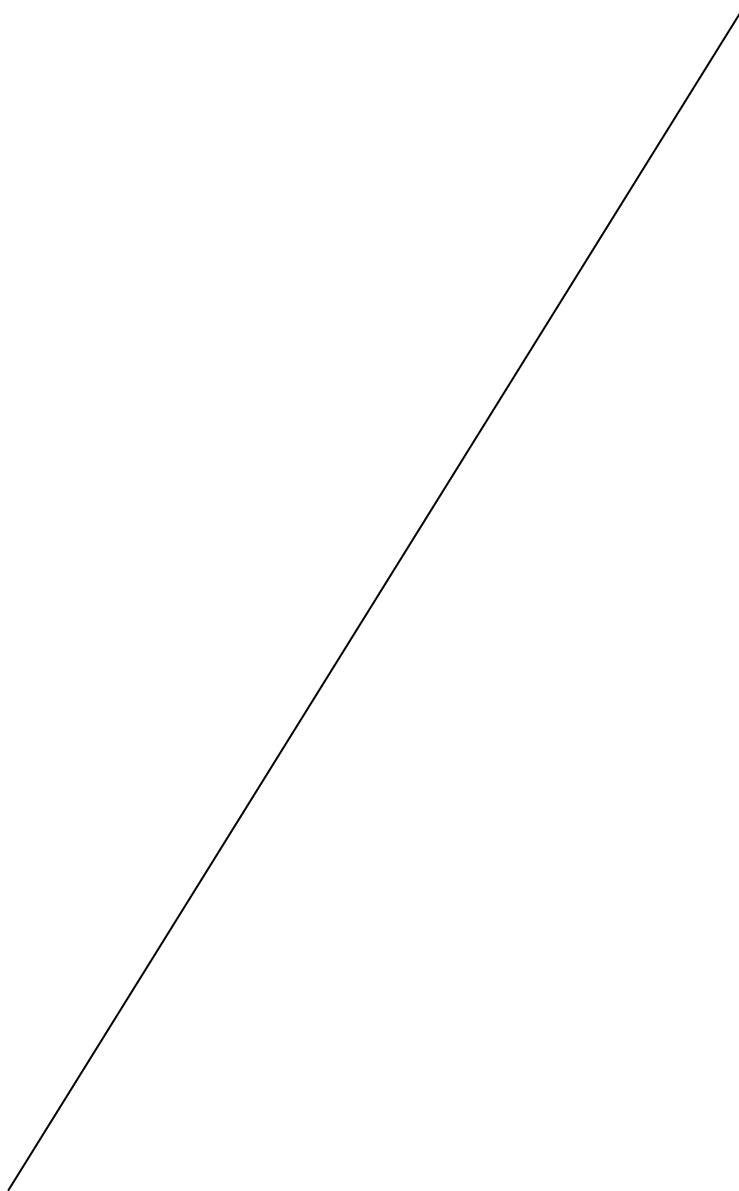
#### **4. Resultados dos programas de monitorização (para cada fator ambiental)**

De acordo com a alínea h) do nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL nº 58/2011 de 4 de maio, a avaliação ambiental deverá conter uma descrição das medidas de avaliação e controlo das implicações ambientais associadas à implementação do PUSC, numa ótica de monitorização em conformidade com o disposto no artigo 11º do mesmo articulado.

Através da execução das medidas de controlo, pretende-se assegurar a construção de um sistema de recolha, tratamento e análise de indicadores, que permita conhecer a situação do Plano de Urbanização da Serra da Carregueira no que se refere ao Ambiente/Território, bem como posteriormente no decorrer das sucessivas monitorizações, detetar e medir tendências de evolução ao longo do prazo de execução do Plano.

Face ao exposto, apresenta-se um conjunto de valores apurados, valores que são referenciados em diplomas legais e/ou outras orientações atualmente preconizadas, relativos aos indicadores passíveis de serem quantificados, os quais servirão como valores de base para as posteriores monitorizações ambientais da execução do Plano.

Nos quadros seguintes, são analisados os FCD definidos na avaliação ambiental estratégica do PUSC, com identificação dos objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir e os indicadores propostos.



FCD	Diretrizes de Planeamento e Gestão	Indicadores	valores de base apurados em 2015	valores de base apurados em 2019	Unidades de medição	Periodicidade	Metas	Medidas Executadas/Em Curso	Fonte Informação	
FCD #1 - Paisagem Multifuncional Biodiversidade	Recuperar e preservar o património natural efetivando zonas tampão que protejam os valores da Serra da Carquejeira tal como estabelecido nos PNDOT.	Áreas classificadas e outras áreas de valores naturais relevantes (recurso hídrico, serra)	Espaços Culturais e Naturais de Nível 1 - 506 ha (PDM de Sintra, em vigor)	Espaços Culturais e Naturais de Nível 1 - 506 ha (PDM de Sintra, em vigor)	hectares	Bianual	Espaço Natural Total (EN) - 635,89 ha	Encontra-se a decorrer a abertura de empreitada para execução do Projeto do Parque Florestal Municipal da Serra da Carquejeira - (DPFE, 2019). Utição com o Projeto do Eixo Verde e Azul inserido na ARU Quiluz Belas	CMS	
		Áreas de REN e RAN	REN - 1 2628,4 hectares RAN 948,032 m2	REN - 1026,6 hectares RAN - 889,890 m2	hectare/m2	Bianual	REN - 1026,6 hectares RAN - 889,890 m2	Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional para o município de Sintra - Aviso 15272/2016, de 6 dezembro	CMS CCDR LVT	
		Ações de valorização e recuperação de áreas com interesse paisagístico investimento e despesa na preservação ambiental - Presença de valores paisagísticos	n. determinado	n. determinado	ÍP e Tipologia	Bianual	Aumentar/Intensificar	Criado o Conselho Estratégico Ambiental, cujo objetivo é garantir a cooperação de várias entidades que têm competência sobre matérias ambientais, desde recolha e tratamento do lixo, até costeira, ordenamento do território e requalificação urbana.	CMS	
		Área afeta aos corredores verdes (o mm que "espaços verdes urbanos")	Espaços verdes de enquadramento - 171963,3 m2 (cedência Alv 11/2007); Bosque - 95389 m2 (cedência Alv 11/2007);	171963,3 m2	m2	Bianual	Total de Espaços Verdes Urbanos - 843,803 m2 Espaços Verdes de Proteção e Enquadramento - 206,682 m2	Plantados 65 exemplares arbóreos, na Urbanização da Quinta da Fonteira, visando a criação de um pequeno Arboreto, num espaço verde público com uma área de 2800 m2 (DGEV, 2019)	CMS	
	Garantir a preservação do património cultural	Verificação da graduação e categoria dos bens patrimoniais existentes Património classificado em vias de classificação / Formas de proteção do património existente Inventários	Intervenções na envolvente ao património classificado Estado de conservação dos imóveis de interesse municipal	Património cultural existente: Património Arqueológico: Aqueduto das Águas Livres, Casa e Quinta do Jardim, Quinta do Molho Pão, Quinta das Águas Livres, Quinta da Fonteira, Quinta Wimmer, Património Arqueológico: Ruínas da antiga barreira romana, Belas - antiga via, Cabeço da Mina a Leste do vértice do Sulmo, Casal de Cambra - sítio neolítico, Casal do Brouco 2 - casal tardio-medieval, Casal do Brouco 5 - casal alto-medieval, Casal do Pelto - achado Isolado, Casal do Sulmo - achado Isolado, Casal do Sulmo - antigo marco de propriedade, Estação Arqueológica de Vale de Lobos (Belas Clube de Campo, Minas e Estação Arqueológica do Sulmo, Penedos Pardos 2 - gruta, Portela dos Almornos.	Património cultural existente: Património Arqueológico: Aqueduto das Águas Livres, Casa e Quinta do Jardim, Quinta do Molho Pão, Quinta das Águas Livres, Quinta da Fonteira, Quinta Wimmer, Património Arqueológico: Ruínas da antiga barreira romana, Belas - antiga via, Cabeço da Mina a Leste do vértice do Sulmo, Casal de Cambra - sítio neolítico, Casal do Brouco 2 - casal tardio-medieval, Casal do Brouco 5 - casal alto-medieval, Casal do Pelto - achado Isolado, Casal do Sulmo - achado Isolado, Casal do Sulmo - antigo marco de propriedade, Estação Arqueológica de Vale de Lobos (Belas Clube de Campo, Minas e Estação Arqueológica do Sulmo, Penedos Pardos 2 - gruta, Portela dos Almornos.	ÍP de bens imóveis	Bianual	Conservação de património	n. aplicável	CMS Instituto de Gestão do Património Arqueológico e Arqueológico Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana de Portugal Turismo
		Ações e/ou área intervenionada para a valorização e preservação do património arquitetónico e arqueológico classificado, em vias de classificação ou com interesse municipal através de operações urbanísticas em quintas e áreas inventariadas como património	não se registou qualquer pedido de licenciamento na autarquia	não se registou qualquer pedido de licenciamento na autarquia	nº de licenças urbanísticas	Bianual	n. aplicável	n. determinado	CMS DGT Turismo de Portugal	
		Percurso turístico/pedestres ao património cultural existente Divulgação, reabilitação, proteção, valorização e salvaguarda	Percurso do Belas Clube de Campo (5000 m2)	n. determinado	Trilhos turísticos/pedestres devidamente equipados (l/m2) e sinalizados.	Bianual	Aumentar/Intensificar a existência de percursos pedestres e cicláveis a atravessar a área do FUSC, com passagem pelo património arquitetónico e arqueológico existente	n. determinado	CMS Belas Clube de Campo	
	Assegurar a promoção de atividades de educação cultural através da aproximação do património público ao município tal como estabelecido nos PDES e PNPOT 2007-2025.	Percurso turístico/pedestres ao património cultural existente Divulgação, reabilitação, proteção, valorização e salvaguarda	Percurso do Belas Clube de Campo (5000 m2)	n. determinado	Trilhos turísticos/pedestres devidamente equipados (l/m2) e sinalizados.	Bianual	Aumentar/Intensificar a existência de percursos pedestres e cicláveis a atravessar a área do FUSC, com passagem pelo património arquitetónico e arqueológico existente	n. determinado	CMS Belas Clube de Campo	
	Assegurar a reconversão paisagística de áreas degradadas e promoção de locais com elevada qualidade paisagística	Área artificializada vs espaços verdes, paisagísticos Ações de reconversão efetuadas	Presença de valores	não aplicável (na)	não aplicável	nº de ações	Bianual	n. aplicável	n. determinado	CMS
	Desenvolver medidas que assegurem a manutenção e incremento dos bosques climáticos, sobretudo de quercíneas e controlar e tentar erradicar espécies invasoras tal como estabelecido no Plano Verde de Sintra.	contabilizar o nº de espécies autóctonas da região (pag 12 do PV/Sintra)	7 Espécies da Directiva 92/43/CEE e 15 outras espécies RELAPE	n. determinado	Espécies ameaçadas e protegidas; Habitats prioritários.	Bianual	Manter/Aumentar/Intensificar	n. determinado	CMS/DGEV ICNF	
Identificadas as seguintes espécies de Flora: Arabis Sadina, Ionopodium acule, Juncus valvatus, Salix salixifolia subsp. australis, Silene longicilla, Thymus villosus subsp. Villousus, Iris lusitânica e Ulex densus, Florestas aluviais de Alnus glutinosa e Fraxinus excelsior, Carvalhais galego-portugueses de Quercus robur e quercus pyrenaica (Alno padion, Alno incanae, salicion albae), Carvalhais ibéricos de Quercus faginea e Quercus canariensis, florestas de Quercus suber (In Caracterização ecológica, Frena)		n. determinado	n. determinado	%	Bianual	n. aplicável	n. determinado	CMS ICNF		
Assegurar o aproveitamento da ruralidade para o desenvolvimento de turismo de lazer, rural e agrícola tal como estabelecido no PDES.	Investir em medidas de controlo de espécies invasoras	n. determinado	n. determinado	n. determinado	Bianual	n. aplicável	n. determinado	CMS ICNF		
	Informar o quartel Carquejeira e BCC das formações vegetais existentes ( pag 173 relatório I do PVS)	n. aplicável	n. aplicável	formações/nº	Bianual	não aplicável	n. determinado	CMS		
Garantir a criação do Parque Municipal da Serra da Carquejeira através da reserva de áreas naturais e implementação de percursos pedonais/cicláveis que o estruturam.	Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção)	n. determinado	n. determinado	nº de obras	anual	Reconverter quintas agrícolas devolutas para turismo, habi	n. determinado	CMS/DGT DGFC		
	Percurso pedestres com interesse paisagístico (km). Turísticas em torno do património cultural	Estabelecimento de rotas	n. determinado	n. determinado	nº	anual	criação de percursos pedestres e cicláveis, aproximadamente 3 há (Fonte: Parque Municipal Florestal da Serra da Carquejeira, memória descritiva do estudo)	n. determinado	CMS	
Assegurar a implementação da EEM.	Total de área da Estrutura Ecológica Primária, total de área da Estrutura Ecológica Secundária e total da área da Estrutura Ecológica Urbana	Estrutura Ecológica Municipal - 1 360 ha	n. determinado	Hectares	anual	n. determinadas	n. determinado	CMS		
	Intervenções qualitativas do uso eficiente da água	n. determinado	n. determinado	%	anual	Aumentar/Intensificar	n. determinado	CMS/SMAS		
Promover a reutilização de águas pluviais e outras passíveis de reutilização.	% de água reutilizada na lavagem de pavimentos	n. determinado	n. determinado	%	anual	Aumentar/Intensificar	n. determinado	CMS/SMAS		
	% de água reutilizada na rega	n. determinado	n. determinado	%	anual	Aumentar/Intensificar	n. determinado	CMS/SMAS		
Assegurar a restrição à ocupação de áreas de sensibilidade ecológica no limite Noroeste da UOPG 1 e na UOPG 4.	Extensão dos corredores ecológicos (ha e Km)	n. determinado	n. determinado	Hectares	anual	Aumentar/Intensificar	n. determinado	CMS		
	nº de operações urbanísticas existentes	n. determinado	n. determinado	nº	anual	não aplicável	n. determinado	CMS/DGT		
Integrar paisagisticamente as operações urbanísticas com utilização de espécies autóctonas presentes nas comunidades florísticas ocorrentes, privilegiando a continuidade das áreas naturais e a relação direta entre os espaços urbanizados e os espaços ecologicamente mais sensíveis.	tipo e nº de flora existente associado a cada operação urbanística	n. determinado	n. determinado	nº e tipo	anual	monitorizar as operações urbanísticas que apresentem integração paisagística para garantir a continuidade paisagística entre os vários espaços	n. determinado	CMS/DGT		
	verificação da área de corredor ecológico	n. determinado	n. determinado	% de barreiras	anual	não aplicável	n. determinado	CMS		
Assegurar a minimização da perda de área de REN bem como cumprimento das suas funções.	contabilizar as áreas REN (m2), por ecossistemas - monitorizar e avaliar as funções destas áreas	REN - 1608,4 há	n. determinado	% (há afetos a REN/há total do plano "100)	anual	área de REN proposta - 1355,9 hectares	n. determinado	CMS		
Diretrizes de monitorização	Indicadores de monitorização	valores de base apurados em 2015	valores de base apurados em 2019	Unidades de medição	Periodicidade	Metas	Medidas Executadas/em curso	Fontes de Informação		
	Monitorizar a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade dependentes da água subterrânea nas áreas de proteção de recarga de aquíferos (AEPRA)	variação da proporção de áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos (AEPRA) (variação de humidade no solo)	AEPRA = 284,9 há	n. determinado	área	Bianual	Área de AEPRA = 628,5 há	n. determinadas	CMS	
Monitorizar a salvaguarda e conservação do património natural	Variação da proporção de áreas com sensibilidade ecológica edificadas	n. determinado	n. determinado	área	Bianual	não aplicável	n. determinadas	CMS		
	Introdução de espécies autóctonas e adaptadas às condições ecológicas do local	n. determinado	n. determinado	nº de espécies	Bianual	não aplicável	n. determinadas	CMS		
Monitorizar a salvaguarda e conservação do património cultural	Existência principalmente de carrasais, tojais calcícolas e espécies frícolas eucaliptais. A restante área apresenta uma dominância de matos e matagais, bem como pinhais com diferentes associações de vegetação. Pode ser medido na planta de vegetação	n. determinado	n. determinado	área (km) e tipologia do coberto vegetal	Bianual	não aplicável	n. determinadas	CMS		
	Evolução do estado de conservação do património cultural	n. determinado	n. determinado	nº de intervenções	Bianual	Salvaguardar e valorizar o património cultural, através da preservação dos valores. Proteção e valorização do património cultural construído: Igreja das Águas Livres; Proteção e valorização do património cultural, nomeadamente do Aqueduto das Águas Livres, através da qualificação da sua envolvente imediata	n. determinadas	CMS/DCUL DGFC		
Monitorizar a divulgação dos valores naturais e culturais	Variação do número de ações de divulgação dos valores naturais e culturais associados à Serra da Carquejeira. Despesa de preservação ambiental, per capita	n. determinado	n. determinado	€/Háb (euros gastos na preservação)	10 anos	ecológicos e cénicos da paisagem	n. determinadas	CMS ICNF		
	Variação do número de projetos de reconversão paisagística	n. determinado	n. determinado	nº de projetos	10 anos	Manter os espaços verdes cuidados e criar espaços de lazer para a população,	n. determinadas	CMS		
Monitorizar a criação do Parque Municipal da Serra da Carquejeira (PMSC) de usos múltiplos	Variação do número de percursos pedonais e cicláveis implantados	cerca de 3 há	n. determinado	há	10 anos	Implementar rede de vias cicláveis na área do FUSC e entre esta e a envolvente	n. determinadas	CMS e ICNF		
	Evolução das áreas naturais afetadas ao Parque Municipal Florestal da Serra da Carquejeira (PMSC)	n. determinado	n. determinado	há	10 anos	Aumentar/Intensificar	n. determinadas	CMS		
Monitorizar a diversificação funcional do turismo	Variação do número e tipo de atividades associadas ao Parque Municipal da Serra da Carquejeira (PMSC)	n. determinado	n. determinado	ÍP e Tipologia	10 anos	Criação de percursos da natureza, espaços de lazer e desporto e respetivos equipamentos de apoio. Criação de um centro e percurso de interpretação ambiental.	n. determinadas	CMS		
	Evolução dos usos associados às Quintas e da sua ocupação	essencialmente uso habitacional	essencialmente uso habitacional	usos do solo	bianual	Quintas (EOT_Q) destinam-se a fins habitacionais e/ou turísticas (conforme o Regulamento FUSC)	n. determinadas	CMS		
Diretrizes Governança (entidades intervenientes)	Indicadores por entidades	valores de base apurados em 2015	valores de base apurados em 2019	Unidades de medição	Periodicidade	Metas	Medidas Executadas/em Curso	Fontes de Informação		
	Contribuir para a correta implementação do Plano no que respeita à transposição da REN assegurando a salvaguarda e proteção dos recursos naturais e culturais.	Asssegurar a implementação das orientações e medidas do Plano e a monitorização das mesmas, nomeadamente no âmbito da qualificação dos conjuntos arquitetónicos. Fomentar e apoiar a divulgação do património natural e cultural bem como multifuncionalidade da paisagem na área da Serra da Carquejeira.	Mencionados na matriz de monitorização, por indicador.	Mencionados na matriz de monitorização, por indicador.	Mencionados na matriz de monitorização, por indicador.	Variaível por monitorização	Mencionados na matriz de monitorização, por indicador.	Mencionados na matriz de monitorização, por indicador.	Mencionados na matriz de monitorização, por indicador.	
Organismos Sectoriais da Administração Pública	Contribuir para a articulação e cooperação institucional, promovendo a criação de plataformas colaborativas e a monitorização e disponibilização de informação relacionada com as suas áreas de competências	n. determinado	n. determinado	nº projetos	Bianual	Aumentar/Incrementar	n. aplicável	CMS		
	Contribuir para a sustentabilidade da Serra da Carquejeira, através do desenvolvimento de projetos que assegurem a salvaguarda e valorização ambiental.	n. determinado	n. determinado	nº participações	Anual	Reduzir	n. aplicável	CMS		
Setor Privado	Comunicar situações que possam colocar em risco o estado de integridade e de equilíbrio sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade, e contribuir para os processos de participação pública. Colaborar ativamente nos processos de valorização dos recursos naturais e culturais.	Relatório de poderação das participações na Discussão Pública	n. determinado	nº participações	Anual	Reduzir	n. aplicável	CMS		

FCD	Diretrizes de Planeamento e Gestão	Indicadores	valores de base apurados em 2015	valores de base apurados em 2019	Unidades de Medição	Periodicidade	Metas	Medidas executadas/em Curso	Fontes de Informação
FCH2- Qualidade do Ambiente	Promover medidas de eficiência energética ao nível do edificado em todas as UOPG.	nº de ações que promovam o uso eficiente da energia nº de ações para o aproveitamento de recursos renováveis (painéis fotovoltaicos, solares) produção de energia através de recursos renováveis	n. determinado n. determinado n. determinado	n. determinado n. determinado n. determinado	nº nº nº	bianual bianual bianual	Aumentar/intensificar Aumentar/intensificar Aumentar/intensificar	n. determinadas n. determinadas n. determinadas	CMS EDP CMS Privados CMS Privados CMS
	Assegurar o cumprimento das metas de melhoria da qualidade do ar estabelecidas no PNPT e ENDS.	Índice de Qualidade do Ar - IQAr (estação de medição sítio em Mem Martins)	Bom	Bom	Índice QualAr	anual	Bom/Muito Bom	n. determinadas	CMS APA
	Garantir a Integração das melhores práticas ambientais nas operações urbanísticas de reconversão de áreas devolutas e clandestinas existentes.	verificação da área de espaços verdes e implementação de Infraestruturas de saneamento nas AUGI	n. determinado	n. determinado	área	bianual	Aumentar/intensificar	n. determinadas	CMS
	Assegurar o cumprimento das metas do PECSAC e, relativamente à proteção, melhoria e recuperação das massas de água até 2015.	nº de massas de água existentes (superficial+subterrânea) -carta militar Índice de escassez stress hídrico	n. determinado n. determinado n. determinado	n. determinado n. determinado n. determinado	gramas por centímetro cúbico ou gramas por mililitro.	bianual	Aumentar/intensificar	n. determinadas	CMS SMAS APA
	Reforçar a importância da preservação e integração do ambiente envolvente ao património.	nº de ações de preservação	n. determinado	n. determinado	nº	bianual	Aumentar/intensificar	n. determinadas	CMS
	Assegurar a preservação e proteção do corredor estruturante secundário.	Intervenções de preservação e proteção do corredor estruturante secundário	n. determinado	n. determinado	área	bianual	Manter/Aumentar/intensificar	n. aplicável	CMS
	Assegurar a diversificação de atividades associadas à natureza.	nº de atividades de desporto, percursos pedestres, lazer e parques	n. determinado	n. determinado	nº	anual	Aumentar/intensificar	n. aplicável	CMS
	Garantir a adoção de medidas que promovam a permeabilização do solo.	n. determinado	n. determinado	n. determinado	área afeta	bianual	Aumentar/intensificar	n. aplicável	CMS
	Adotar medidas de gestão que preservem o sistema hídrico.	gastos de abastecimento de água doméstica e água não doméstica, (tipo de uso e gestão da água) Índice de poluição	n. determinado	n. determinado	nº medidas	bianual	Melhoria	n. aplicável	SMAS
	Assegurar a não edificação em zonas de máxima infiltração.	nº de operações urbanísticas existentes em zonas de máxima infiltração	n. determinado	n. determinado	nº	anual	Diminuir	Regulamento do PUSC e PDM	CMS
	Promover a valorização dos recursos florestais nas suas várias utilizações.	Fins da utilização de recursos florestais	n. determinado	n. determinado	área	bianual	Aumentar/intensificar	n. determinadas	CMS ICNF
	Assegurar a reconversão dos espaços industriais devolutos.	nº de espaços industriais devolutos legais e ilegais	n. determinado	n. determinado	área	bianual	Assegurar a reconversão destes espaços	Regulamento PDM	CMS
	Promover o TP do lado da procura e da oferta.	transportes públicos a servir o PUSC (Vimeca/ Scotturb)	Scoturb (1 carreira) - 10 viagens/dia Vimeca (8 carreiras) - 128 viagens/dia	n. determinado	freqüência/dia	anual	Melhorar circuito de transportes coletivos e ajustar os horários relativamente aos picos da procura	n. determinadas	Privados
	Desenvolver medidas que acaulem o bom estado ambiental como a promoção da permeabilização do solo, melhor gestão do consumo de água e incentivo à racionalização de recursos.	Perdas de água, eficiência na gestão de água, reutilização da água residual tratada	n. determinado	n. determinado	%, m3	bianual	Aumentar/intensificar as medidas mencionadas	n. determinadas	SMAS
	Desenvolver e garantir a implementação de soluções territoriais que considerem o risco sísmico da área do PUSC.	Intensidade sísmica	n. determinado	n. determinado	nº soluções	bianual	desenvolver	n. aplicável	CMS/SMPC
	Estabelecer bacias de retenção para eventuais acidentes.	Criação de bacias de retenção	A rede hidrográfica principal é constituída essencialmente pelas ribeiras de Belas, afluente do rio Jamor e ribeira de Careque pertencentes à bacia Hidrográfica do rio Jamor, sendo as duas últimas confinantes com o PUSC a poente e nascente, respectivamente.	A rede hidrográfica principal é constituída essencialmente pelas ribeiras de Belas, afluente do rio Jamor e ribeira de Careque pertencentes à bacia Hidrográfica do rio Jamor, sendo as duas últimas confinantes com o PUSC a poente e nascente, respectivamente.	nº	bianual	n. aplicável	n. aplicável	CMS APA
	Estabelecer medidas minimizadoras da exposição a campos eletromagnéticos como por exemplo a limitação da construção na proximidade de linhas de média-alta tensão.	medir a frequência, intensidade do CEM e densidade do fluxo	n. aplicável	n. aplicável	nº	10 anos	dar cumprimento ao estabelecido na portaria nº 1421/2004, 23 novembro	n. determinadas	CMS
	<b>Diretrizes de monitorização</b>	<b>Indicadores de monitorização</b>	<b>valores de base apurados em 2015</b>	<b>valores de base apurados em 2019</b>	<b>Unidades de Medição</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Metas</b>	<b>Medidas executadas/em Curso</b>	<b>Fontes de Informação</b>
	Monitorizar o cumprimento das metas de qualidade das águas subterrâneas e superficiais	Evolução (garantir) da qualidade das águas superficiais e subterrâneas.	n. determinado	n. determinado	%	bianual	Melhoria	n. determinadas	SMAS
	Monitorizar a pressão sobre a disponibilidade dos recursos hídricos.	Captação de água subterrânea e superficial. (taxa de cobertura e adesão da rede de água) Variação do consumo de água.	n. determinado n. determinado	n. determinado n. determinado	% litros/hab/dia	bianual bianual	Aumentar/intensificar	n. determinadas	SMAS SMAS
	Monitorizar o cumprimento das metas de qualidade do ar.	Evolução da qualidade do ar (estação de medição sítio em Mem Martins)	BOM (Fonte: CCDRLVT 2015)	Bom (Fonte: CCDRLVT2018)	Índice QualAr	anual	Bom ou Muito Bom	n. determinadas	CMS APA
	Monitorizar o cumprimento dos níveis de ruído admissíveis nas várias zonas e período do dia.	Evolução dos níveis de ruído nas várias zonas e período do dia.	Valores compreendidos ente 45 e 57 Indicador Ln e entre 55 e 67 Indicador Lden	n. determinado	Lden e Ln	bianual	Manter	n. determinadas	CMS
	Monitorizar a concretização de propostas que não aumentem o risco de chelas ou ponham em causa o normal funcionamento dos regimes hídricos, através da proteção do corredor estruturante secundário.	Propostas que minimizem o risco de chelas e que promovam a proteção do corredor estruturante secundário.	n. determinado	n. determinado	nº	bianual	Evolução	n. determinado	CMS APA
	Monitorizar a evolução da disponibilidade dos recursos hídricos face às AC.	Níveis de recarga dos aquíferos	n. determinado	n. determinado	%	bianual	Monitorização, previsão da sua diminuição em função dos elementos climáticos	n. determinado	CMS APA
	Monitorizar a implementação de medidas de eficiência energética ao nível do edificado.	Assegurar que as operações urbanísticas implementam soluções para a eficiência energética.	n. determinado	n. determinado	Coefficiente de Eficiência Energética (CEE).	bianual	Aumentar	n. determinado	CMS
	Monitorizar a promoção do uso de TP em detrimento de TI.	Cobertura do serviço de transportes públicos (área coberta por freguesia e localização das estações por tipo de transporte)	n. determinado	n. determinado	nº de passes sociais	Anual	aumentar	n. determinado	CMS, Scotturb; Vimeca
		Carreiras ou rotas disponíveis por tipo de transporte (n.º/dia) <u>Repartição Modal</u>	cobertura da rede de transportes rodoviários coletivos: Scoturb (1 carreira) - 10 viagens/dia Vimeca (8 carreiras) - 128 viagens/dia	n. determinado n. determinado	nº/dia	Anual	aumentar	n. determinado	CMS, Scotturb;
		População abrangida por tipo de transporte e por freguesia (n.º pop. por freguesia)	n. determinado	n. determinado	passes/freguesia	bianual	n. aplicável	n. determinado	CMS, Scotturb;
Passageiros por tipologia de transporte público (n.º/ano; n.º médio/dia)		n. determinado	n. determinado	nº/tipologia	bianual	Evolução	n. determinado	CMS	
Monitorizar o destino final dos resíduos produzidos	Intervalo médio de espera entre carreiras por tipo de transporte (minutos) Porcentagem de resíduos reciclados ou valorizados orgânica ou materialmente. Porcentagem de resíduos destinados a aterro.	n. determinado n. determinado n. determinado	n. determinado n. determinado n. determinado	% %	bianual bianual	Diminuir Garantir uma eficaz gestão dos resíduos produzidos no PUSC face à expansão urbana prevista	n. determinado n. determinado	Infraestruturas de Portugal Scotturb Vimeca SMAS (desde 2014)	
Monitorizar a implementação de campanhas de prevenção de resíduos	Porcentagem de resíduos produzidos nos vários setores.	n. determinado	n. determinado	%	bianual		n. determinado	SMAS (desde 2014)	
<b>Diretrizes Governança (entidades intervenientes)</b>	<b>Indicadores por entidades</b>	<b>valores de base apurados em 2015</b>	<b>valores de base apurados em 2019</b>	<b>Unidades de Medição</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Metas</b>	<b>Medidas executadas/em Curso</b>	<b>Fontes de Informação</b>	
CMS	Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização (em colaboração com a CCDR-LVT, ARH, APA, DGOTDU, etc.).		Ter em linha de conta a Estratégia Municipal de Proteção e Requalificação Ambiental						
Organismos Sectoriais da Administração Pública	Contribuir para a articulação e cooperação institucional, promovendo a criação de plataformas colaborativas e a monitorização e disponibilização de informação relacionada com as suas áreas de competência.								
setor privado	Contribuir para a sustentabilidade das estratégias da Serra da Carregueira, através do desenvolvimento de projetos que integrem a valorização ambiental.								
População em geral	Participar nos processos de participação pública no âmbito do planeamento e gestão da Serra da Carregueira. Adotar práticas de prevenção aos riscos naturais.								

FCD	Diretrizes de Planeamento e Gestão	Indicadores	valores de base apurados em 2015	valores de Base apurados em 2019	Unidades de Medição	Periodicidade	Metas	Medidas executadas/em Curso	Fontes de Informação	
FCD#3 Estilo de vida	Garantir a manutenção dos solos rurais e naturais e impedir a expansão da mancha urbana.	área de solo rural/rústico/natural existente	solo rural/rústico existente (PDM) - 872,99 ha	n. determinado	há	anual	solo rural/rústico proposto - 1312,48 ha	n. determinadas	CMS	
		nº de operações urbanísticas licenciadas	compromissos urbanísticos - 63 (8 alv; 4 L.C. e 51 L.U)	n. determinado	nº licenças camarárias	Bianual	nº de fogos previstos/propostos - 1503 fogos	Regulamento do PUSC e PDM	CMS	
	Assegurar a eliminação progressiva de barreiras arquitetónicas no espaço público e outros impedimentos à devida circulação e acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida.	área de solo natural	Espaços Culturais e Naturais de Nível I - 506 há (PDM)	n. determinado	n. determinado	há	Bianual	espaço natural proposto - 635,89 há	Regulamento do PUSC e PDM	CMS
		nº de infraestruturas adequadas para a circulação segura de peões (pavimento degradado, largura reduzida, ausência de mobiliário para peões, ausência de travessias para peões devidamente sinalizadas, presença de escadas no espaço público)	n. determinado	n. determinado	nº de ações	anual	Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Sintra	Regulamento do PUSC e PDM	CMS	
	Assegurar a aplicação de boas práticas e "standards" elevados na constituição de novos espaços públicos. Promover a reabilitação e qualificação dos espaços públicos existentes.	Identificação dos espaços públicos existentes e Identificação de carências	Identificados os espaços públicos, que correspondem a arruamentos, estacionamento público, espaços utilização coletiva e equipamentos na área do Plano	n. determinado	n. determinado	nº	Bianual	n. aplicável	n. determinadas	CMS
	Garantir captações de equipamentos e espaços verdes/de lazer de acordo com boas práticas nacionais e internacionais.	% de área abrangida por instrumentos de programação de equipamentos colectivos	Equip. Ensino público - 2; Equip. Desporto privado - 7; Equip. Defesa Nacional e Segurança Pública público - 3; Equip. Salubridade Pública - 1; Equip. Solidariedade e Segurança Social privado - 1;	Equip. Ensino público - 2; Equip. Desporto privado - 7; Equip. Defesa Nacional e Segurança Pública público - 3; Equip. Salubridade Pública - 1; Equip. Solidariedade e Segurança Social privado - 1;	n. determinado	%	Bianual	Supressão de carências	n. determinadas	CMS
	Garantir o acesso universal aos equipamentos e espaços propostos, nomeadamente a pessoas com mobilidade reduzida.	espaços públicos e equipamentos propostos conforme o DL 163/2006 de 8 agosto	n. aplicável	n. aplicável	nº	Bianual	Cumprimento do DL 163/2006, de 8 de agosto - Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais,	n. aplicável	CMS	
	Dinamizar os espaços de lazer propostos e garantir a sua manutenção.	Numero médio de empreitadas de remodelação, requalificação e recuperação dos espaços de lazer por ano	n. determinado	n. determinado	nº de intervenções	Anual	Manter os espaços			CMS
		Ações de dinamização do espaço de lazer por ano	n. determinado	n. determinado	nº de ações	Anual	Dinamização dos espaços	n. determinado	CMS Privados	
	Garantir que as espécies arbóreas a plantar não são causadoras de alergias e são autóctones ou compatíveis com a flora portuguesa regional.	tipo de vegetação a plantar por forma a dar cumprimento ao PVS	n. determinado	n. determinado	tipo de vegetação	Anual	n. aplicável	n. determinado	CMS	
	Garantir a contenção da expansão urbana reforçando a fiscalização e licenciamento cuidadoso.	nº de operações urbanísticas novas com registo de entrada na autarquia	63 compromissos urbanísticos	n. determinado	nº	Anual	Espaços Urbanos = 159,44 há	n. determinado	CMS	
	*Assegurar que o novo investimento em turismo residencial se realiza em condições que assegurem a sustentabilidade e a preservação dos valores ambientais e paisagísticos que estão na base da atratividade da AML* (PROT-AML)	área de espaços verdes de recreio e lazer privado por empreendimento turístico	n. determinado	n. determinado	%	Anual	n. aplicável	n. determinado	CMS	
	*atingir, em 2015, uma quota de 65% dos estabelecimentos de 4 e 5 estrelas no total da capacidade.*	nº de dormidas/mês	n. determinado	n. determinado	nº de dormidas	anual	n. determinado	n. determinado	CMS Turismo de Portugal	
	*Aumentar para 35% o peso das dormidas em regiões de menos procura.* (ENDS)	nº de dormidas/mês	n. determinado	n. determinado	nº dormidas/mês	anual	n. determinado	n. determinado	CMS Turismo de Portugal	
	Garantir o cumprimento de capacidades máximas para as diferentes tipologias de alojamento, principalmente em meio Rural (Quintas) (Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de Março)	capacidade alojamento/tipologia	Parque de Campismo e Caravanismo - 600 utentes	n. determinado	nº unidades/estabelecimento	anual	1000/1500 unidades de alojamento num total de 3 empreendimentos turísticos	n. determinado	CMS/Divisão Turismo Instituto de Turismo	
		nº de unidades de alojamento/estabelecimento hoteleiro em meio rural	n. existente	n. aplicável	nº unidades/estabelecimento	Anual	n. aplicável	n. determinado	CMS/Divisão Turismo Instituto de Turismo	
	Implementar uma estrutura de sinalética turística e mobiliário urbano coerente e com design de qualidade de modo a melhorar a capacidade de fruição turística da cidade.	Identificação de sinalética turística existente	n. determinado	n. determinado	nº sinais	Anual	n. aplicável	n. determinado	CMS/Divisão Tránsito	
		reformulação do sistema de sinalização actual e uniformização do mesmo sistema de acordo com o PDES 2015	n. determinado	n. determinado	nº sinais	Anual	n. aplicável	n. determinado	CMS/Divisão Tránsito	
	Promover os produtos locais nos meios de promoção turística disponíveis.	Produtos tradicionais Portugueses no concelho de Sintra, área do PUSC	Fofos de Belas	Fofos de Belas	nº de locais de venda	Anual	n. aplicável	n. aplicável	CMS	
	Dinamizar complementaridades público-privadas e entre privados para a valorização do património e identidade cultural da Serra (e.g. criando condições para a criação de fóruns).	Ações de dinamização do património existente na área do PUSC	n. determinado	n. determinado	nº	Anual	n. aplicável	n. aplicável	CMS e Privados	
		Reduzir para 9% a taxa de desemprego jovem em 2020*, atingir uma "taxa de desemprego de longa duração de 25% do total do desemprego em 2020." (ERL 2020)	Proporção de pessoas ao serviço com idade inferior a 25 anos	A taxa de desemprego total é de 4,2% muito inferior à do concelho, 7,1%	n. determinado	%	Bianual	Redução	n. aplicável	CMS IEFPI NE
	Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas do meio rural, apostando na afirmação de um leque de especializações rurais diferenciadoras.	Nº de unidades com ligação às atividades típicas do meio rural	Identificadas hortas, pomares, estufas, pecuária, Indústria extrativa, Parque de Campismo	n. determinado	nº	Bianual	Incentivar/Incrementar	n. aplicável	CMS Instituto de Turismo Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	
		Promover os produtos locais nos meios de promoção turística disponíveis.	Nº de Feiras de Promoção Turística	n. determinado	Realização da Feira à Moda Antiga de Belas, setembro 2019	nº	Bianual	Aumentar/incentivar	n. determinado	CMS
	*Garantir mecanismos de inclusão social, informacional e territorial* (ERL 2020)	Emprego gerado nas actividades de informação e comunicação; Promoção, nomeadamente Inovação, incorporação tecnológica e a qualificação de ativos e empresários para a gestão, conhecimento, incorporação de práticas inovadoras e facilitação/aproximação dos empresários às incubadoras às universidades;	n. determinado	n. determinado	%	Bianual	n. aplicável	n. determinado	CMS	
Garantir a qualificação do espaço público em zonas degradadas não classificadas como AUGI	Nº de intervenções no espaço público existente em zonas degradadas não classificadas como AUGI	n. determinadas	n. determinadas	nº	Bianual	Aumentar/incentivar	n. aplicável	CMS		
Qualificar o espaço público de uma forma uniforme criando condições para a sua utilização, nomeadamente com a criação de praças e passeios pedonais	Nº de intervenções no espaço público existente	n. determinadas	n. determinadas	nº	Bianual	Aumentar/incentivar	n. aplicável	CMS		
	Definir medidas concretas e envolver os agentes relevantes para a promoção do património local.	Nº de Associações e Clubes locais, Nº de ações de promoção do património local	Belas Rugby Clube, Grupo Desportivo e Recreativo de Camarões e Centro Recreativo Popular e Cultural Musical de D. Maria	n. determinados	nº	Bianual	n. aplicável	n. aplicável	CMS	
Promover o elevar dos níveis médios de habilitações entre a população residente	Taxa Bruta de escolarização da rede pública;	Qualificação académica: 14,8% não sabe ler e escrever, 13,7% têm o 1º ciclo, 9,8% têm o 2º ciclo, 16,5% têm o 3º ciclo, 16,8% o ensino secundário, 11,6% a licenciatura	n. determinado	% e Nº	Bianual	Aumentar/Incrementar	n. aplicável	CMS		
	ações de formação/educação e ofertas formativas	n. determinado	n. determinado	% e Nº	Bianual	Aumentar/Incrementar	n. aplicável	CMS		
<b>Diretrizes de monitorização</b>	<b>Indicadores de monitorização</b>	<b>valores de base apurados em 2015</b>	<b>valores de Base apurados em 2019</b>	<b>Unidades de Medição</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Metas</b>	<b>Medidas executadas/em Curso</b>	<b>Fontes de Informação</b>		
Monitorizar a evolução da mancha urbana	Variação do peso da área urbanizada no total da área do PUSC.	Solo urbano representa cerca de 21,52% da área do Plano, em que 4,98% são espaços verdes	n. determinado	%	Bianual	n. determinado	n. determinado	CMS		
	Variação da densidade habitacional e populacional.	densidade populacional (2011)= 2,66 hab/ha densidade habitacional(2011)= 0,41 edifícios/ha	n. determinado	hab/há edifícios/há	10 anos	n. determinado	n. determinado	CMS INE		
	Variação da proporção de área classificada como dispersa	n. determinado	n. determinado	% de área	Bianual	n. determinado	n. determinado	CMS		
Monitorizar a execução da reabilitação das AUGI e áreas degradadas.	Variação do peso da área identificada como AUGI ou clandestina na área do PUSC.	Valor aproximado das AUGI no PUSC - 309976,4 m2	Valor aproximado das AUGI no PUSC - 309976,4 m2	m2	anual	Legalização das áreas AUGI	Regulamento do PUSC e PDM	CMS		
	Variação da percentagem de edifícios considerados em ruína ou mau estado.	28 edifícios em Ruína e Mau Estado (levantamento de campo)	n. determinado	nº	anual	Minimizar	n. aplicável	CMS		
Monitorizar a evolução da multifuncionalidade dos espaços urbanizados.	Variação do peso do comércio e serviços no total da área de construção nova e existente.	Comércio existente - várias atividades comerciais de armazenagem e 4 supermercados/mercearias; serviços existentes - essencialmente de consultoria, técnicas e similares e pessoais	n. determinado	nº	anual	Monitorização da evolução em função da prog.	n. aplicável	CMS INE		
Monitorizar a cobertura de infraestruturas urbanas.	Variação da população servida por Sistemas de abastecimento de água, Sistemas de drenagem de águas residuais, ETAR e RSU.	n. determinado	n. determinado	hab/km	bianual	Aumentar/Intensificar	n. determinadas	SMAS		
Monitorizar a qualidade e acessibilidade dos espaços públicos.	Variação do número, tipo e localização de barreiras arquitetónicas.	n. determinado	n. determinado	nº	bianual	Aumentar/Intensificar	n. determinadas	CMS		
Monitorizar a evolução da ocupação turística nas Quintas.	Variação número de alojamentos, por níveis de classificação, nas Quintas.	n. determinado	n. determinado	nº	bianual	Aumentar/Intensificar	n. determinadas	CMS		
Monitorizar a ocupação do solo nas Quintas.	Variação do Índice Médio de Ocupação nas Quintas.	n. determinado	n. determinado	nº	bianual	Aumentar/Intensificar	n. determinadas	CMS		
Monitorizar a qualificação da oferta turística	Variação da percentagem de alojamentos de 4 e 5 estrelas na área do PUSC.	não existem	n. determinado	nº	bianual	preve-se a construção Est.H e Conj. Turístico não especificado a classificação	n. determinadas	CMS		
Monitorizar a variação da relação oferta/procura de alojamento turístico.	Variação do número de dormidas e das taxas de ocupação dos alojamentos na área do PUSC.	Parque de Campismo Almorcos - 600 utentes	n. determinado	nº	bianual	n. aplicável	n. determinadas	CMS		

FCD	Diretrizes de Planeamento e Gestão	Indicadores	valores de base apurados em 2015	valores de Base apurados em 2019	Unidades de Medição	Periodicidade	Metas	Medidas executadas/em Curso	Fontes de Informação
	Monitorizar a promoção dos produtos locais.	Varição do número de ações de promoção de produtos locais e da despesa pública associada.	n. determinado	n. determinado	Nº de feiras	bianual	Aumentar a divulgação dos produtos locais	n. determinadas	CMS
	Monitorizar a dinamização e qualificação do comércio local.	Varição da diferença entre o número de sociedades / empresas constituídas e dissolvidas na área do comércio local (CAE H, G) ou do número de empregados.	Empresas CAE H - Parque de Campismo de Almornos Empresas CAE G - Centro desportivo do Belas Clube de Campo	n. determinado	Nº	Bianual	Aumentar/Incrementar	n. aplicavel	CMS Privados Associações/Clubes
	Monitorizar o peso dos residentes locais no emprego do sector da hotelaria.	Varição da percentagem de residentes nas freguesias de Belas e Almagem do Bispo no total do emprego no sector da hotelaria na área do PUSC	n. determinado	n. determinado	%	Bianual	n. aplicavel	n. aplicavel	CMS IEFP INE
	Monitorizar a diversificação das atividades no meio rural.	Varição dos tipos (CAE) de atividades económicas instaladas em solo rural.	Parque de Campismo de Almornos, Soenvil, pequeno con	n. determinado	Nº	Bianual	n. aplicavel	n. aplicavel	CMS
	Monitorizar a promoção pública do património local.	Varição da despesa pública em recuperação e promoção do património na área do PUSC	n. determinado	n. determinado	€	Bianual	n. aplicavel	n. aplicavel	CMS
	<b>Diretrizes Governança (entidades intervenientes)</b>	<b>Indicadores por entidades</b>	<b>valores de base apurados em 2015</b>	<b>valores de Base apurados em 2019</b>	<b>Unidades de Medição</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Metas</b>	<b>Medidas executadas/em Curso</b>	<b>Fontes de Informação</b>
FCD#3 Estilo de vida	CMS	Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de risco e/ou em zonas de conflito potencial de uso do solo. Controlar os défices infraestruturais existentes, nomeadamente ao nível do saneamento básico. Garantir a qualificação do espaço público dentro e fora do BCC. Dinamizar complementaridades público-privadas e entre privados para a valorização do património e identidade cultural da Serra (e.g. criando condições para a criação de fóruns). Fomentar e apoiar as atividades culturais, nomeadamente aquelas que contribuem para o reforço das identidades locais. Fomentar e apoiar as atividades que potenciem os valores naturais, económicos e culturais em espaço rural. Promover os produtos locais nos meios próprios de comunicação. Integrar a Serra da Carregueira na estratégia de promoção "Marca Sintra". Monitorizar a evolução das dinâmicas territoriais e socioeconómicas na área do PUSC. Promover a diversificação de atividades económicas, de modo a alargar o leque de sectores económicos estruturais.	Mencionados nos indicadores de monitorização por FCD	Mencionados nos indicadores de monitorização por FCD	Mencionados nos indicadores de monitorização por FCD	Varivel por indicador	Mencionados nos indicadores de monitorização por FCD	Mencionados nos indicadores de monitorização por FCD	Mencionados nos indicadores de monitorização por FCD
	Direção Geral do Património Cultural	Manter atualizada a informação disponibilizada sobre o património. Acompanhar e orientar a inserção de novas construções nas Quintas.							
	Sector Privado	Garantir a adequação das iniciativas de edificação propostas aos critérios definidos no PUSC. Garantir o alinhamento estratégico das suas iniciativas com os do Município e do PUSC.							
	População em Geral	Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento. Integrar movimentos e associações de promoção da identidade cultural. Contribuir para a dinamização dos espaços de lazer e das atividades económicas locais.							

FCD	Diretrizes de Planeamento e Gestão	Indicadores	valores de base apurados em 2015	valores de Base apurados em 2019	Unidades de Medição	Periodicidade	Metas	Medidas executadas/em Curso	Fontes de Informação
FCD	Diretrizes de Planeamento e Gestão	Indicadores	valores de base apurados em 2015	valores de Base apurados em 2019	Unidades de Medição	Periodicidade	Metas	Medidas executadas/em Curso	Fontes de Informação
	Alargamento das áreas e do âmbito geográfico de aplicação das medidas 1.9.1., 1.9.2., 1.11.1., 1.11.2., 1.10.1.		n. determinados	n. determinados					
	Adotar uma política proactiva de educação ambiental.	ações de voluntariado de interesse ambiental e comunitário no contexto social, educativo e laboral ações de formação no domínio ambiental	n. determinado		nº	Bianual	• Criar e apoiar Programas Municipais de EA		CMS ICNF/PNSC APA
	Garantir a otimização energética dos edifícios e infraestruturas do PUSC.	Edifícios com certificação energética por tipologia de classe energética (n.º e %)	n. determinado	n. determinado	Nº ou %	Bianual	Aumentar/Incrementar	Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Sintra - Secção IV	CMS e ADENE
	Aumentar o número de certificados residenciais emitidos e aumentar a penetração de equipamentos de elevada eficiência (PNAC).	Projetos licenciados no âmbito da eficiência energética / energias renováveis (n.º)	n. determinados	n. determinados	nº	bianual	Aumentar/intensificar	Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Sintra - Secção IV	CMS; Entidades produtoras de energia; ADENE; INE
	Assegurar a regulamentação de medidas de aproveitamento da energia solar, quando aplicável.	Ações/medidas de racionalização dos consumos energéticos nos edifícios nos últimos cinco anos (n.º/ano)	n. determinados	n. determinados	nº /ano	bianual	n. aplicável	Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Sintra - Secção IV	CMS; Entidades produtoras de energia; ADENE; INE
	Aumento da potência instalada proveniente de microprodução ou que a produção de FER represente 39% até 2019 (PNAEE; ENDS).	Energia elétrica produzida através de renováveis /instalação de Parques de aerogeradores	n. determinados	n. determinados	TWh	Bianual	Aumentar	n. aplicável	CMS; Entidades produtoras de energia; ADENE; INE
	Adotar uma política municipal de mobilidade sustentável.	Criação de ciclovias e vias pedonais	n. determinados	n. determinados	Nº	Bianual	Aumentar/ Incrementar	calcular	CMS
	Valorizar áreas adequadas à mobilidade suave.	Extensão dos corredores qualificados para autocarros Alternativas ao transporte individual	n. determinados	n. determinados	Km s/n	Bianual	Valorização	n. aplicável	CMS
	Assegurar um transporte do BCC até à linha de Sintra (estação Queluz/Belas).	Nº de carreiras de transporte público	2 carreiras diárias (Empresa privada Vimeca), BCC expresso	n. determinados	Nº	Bianual	Aumentar	n. aplicável	CMS
	Promoção do TP através de campanhas no sentido de cativar pela oferta de uma experiência económica, agradável e sustentável.	freqüência nos modos de TP	variável, desde 30 m até 3h45m, dependendo do período do dia	n. determinados	Nº	Bianual	Promoção	n. aplicável	CMS
	Promover ações de sensibilização para a sustentabilidade nos transportes.	Deslocação e Tempos de Viagem TP		n. determinados		Bianual		n. aplicável	
	Assegurar as metas impostas pelo PNAEE de assegurar a transferência modal de 5% do TI para TP até 2015 na AML.	Medição das metas descritas no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética	n. determinado	n. determinados	Nº	Bianual	N. aplicável	n. aplicável	CMS Empresas de TP
	Regulamentar medidas de eficiência energética para o edificado.	emissões de CO2, energia primária atual	n. determinado	n. determinado	nº	bianual	Criar regras/definições	n. determinadas	CMS
	Regulamentar o aproveitamento, quando aplicável, da energia solar na construção de infraestruturas. Garantir que, em sede de projeto, são salvaguardados os links de feixes hertzianos do MDN/Força Aérea.	Nº edifícios com eficiência energética	n. determinado	n. determinado	Nº	bianual	Aumentar	n. determinadas	CMS
	Regulamentar a proteção das áreas florestais estruturantes da área do PUSC.	Qualificação florestal	n. determinado	n. determinado	% ( há de floresta com valor ecológico/há com uso florestal * 100)	Bianual	Regulamentar/Proteger	n. determinadas	CMS ICNF DRAPLVT
	Assegurar o ajustamento dos níveis de serviço de TP.	nº e periodicidade dos TP que servem a área do PUSC	8 carreiras da empresa Vimeca	n. determinado	Nº	Bianual	Ajustar o TP às necessidades	n. aplicável	CMS SCOTTURB VIMECA
	Promover a mobilidade suave como parte integrante da rede de mobilidade. (a mobilidade suave faz parte da mobilidade sustentável)	circuitos pedestres e ciclovias		n. determinado	Nº	Bianual	Promoção/Incrementar	n. aplicável	CMS
	Sensibilização para o uso do TP.	aumentar o nº carreiros e/ou periodicidade	n. determinado	n. determinado	% população	Bianual	Aumentar/Incrementar	n. aplicável	CMS
	Reabilitar acessos para permitir o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.	Ver o nº de acessos existentes (edificado e via pública)	n. determinado	n. determinado	Nº	Bianual	Reabilitação de acessos	Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Sintra	CMS
	Submeter a aprovação pela entidade competente as alterações à rede viária que se venham a concretizar em sede de plano de pormenor.	Novas redes viárias	n. determinado	n. determinado	nº	Bianual	n. aplicável	n. aplicável	CMS
	<b>Diretrizes de monitorização</b>	<b>Indicadores de monitorização</b>	<b>valores de base apurados em 2015</b>	<b>valores de Base apurados em 2019</b>	<b>Unidades de Medição</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Metas</b>	<b>Medidas executadas/em Curso</b>	<b>Fontes de Informação</b>
	Monitorizar a eficiência energética na construção de novas infraestruturas.	Variação de intensidade e consumos energéticos per capita. Soluções adotadas para a eficiência energética dos edifícios.	n.determinado n.determinado	n.determinado n.determinado	Kwh n. aplicável	bianual Bianual	Aumentar/Incrementar n. aplicável	n. determinadas n. determinadas	CMS EDP CMS
	Monitorizar a promoção e utilização da energia solar nas infraestruturas a construir.	Programas, medidas e iniciativas municipais para a eficiência energética e promoção de FER (solar). Taxa efetiva e potencial de aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável (solar) (MWh).	n.determinado n.determinado	n.determinado n.determinado	Nº MWh	Bianual Bianual	Aumentar/Incrementar Aumentar/Incrementar	n. determinadas n. determinadas	CMS CMS
	Monitorizar a valorização das áreas florestais como sumidouros de carbono.	Área florestal com potencial de sequestro de carbono	n.determinado	n.determinado	área	Bianual	Diminuir	n. determinadas	CMS ICNF DRAPLVT
	Monitorizar a atratividade e qualidade do TP	Tempo de deslocação por meio de transporte. Repartição modal nas deslocações casa-trabalho, trabalho-casa. Atratividade do TP e alternativas de transporte.	variável, desde 30 m até 3h45m, dependendo do período do dia/carreira do TP n.determinado n.determinado	n.determinado n.determinado	Nº Nº	Bianual Bianual	Aumentar/Incrementar Incrementar	n. determinadas n. determinadas	CMS SCOTTURB VIMECA CMS SCOTTURB VIMECA Transporte Privado
	Monitorizar o recurso ao TI.	Veículos em circulação e intensidade de tráfego.	9 postos de contagem de tráfego rodoviário em 9 locais/5 dias diferentes das 7h às 20h: P1 - 4120; P2 - 9012; P3 - 5186; P4 - 9910; P5 - 6021; P6 - 6209; P7- 16138; P8- 14610; P9- 19532	n.determinado	Nº veículos	Bianual	n. aplicável	n. aplicável	CMS IMT
	Monitorizar o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.	Acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.	n. determinado	n.determinado	Nº	Bianual	n. aplicável	n. aplicável	CMS IMT
	Monitorizar a mobilidade suave	Redes pedonais e de ciclovias na área do PUSC.	n. determinado	n.determinado		Bianual	4286 m2 - ciclovias 27287 m2 percursos pedes	n. aplicável	CMS
	<b>Diretrizes Governança (entidades intervenientes)</b>	<b>Indicadores por entidades</b>	<b>valores de base apurados em 2015</b>	<b>valores de Base apurados em 2019</b>	<b>Unidades de Medição</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Metas</b>	<b>Medidas executadas/em Curso</b>	<b>Fontes de Informação</b>
	CMS	Promover o uso racional e eficiente de energia e o recurso a fontes de energia renovável.Promover o uso sustentável dos espaços florestais. Fomentar a utilização de meios de mobilidade suaves. Promover a utilização do TP em detrimento do TI e a repartição modal.	Mencionados nos indicadores de monitorização por FCD	Mencionados na matriz de monitorização, por indicador.					
	IMT	Criar incentivos ao planeamento integrado dos transportes e promover a sua utilização, em colaboração com os operadores de transportes. Colaborar na elaboração dos circuitos de mobilidade suave na Serra da Carregueira. Verificação das condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida nas áreas alvo do Plano							
	Estradas de Portugal	Articulação da rede viária existente com a planeada, incluindo a eventual concretização da ER249.							
	DGEG	Promover e auxiliar no desenvolvimento da produção energética com origem em fontes de energia renovável (solar).							
	Operadores de Transportes	Criar incentivos ao planeamento integrado dos transportes e promover a sua utilização, em colaboração com o IMT.Ajustamento dos níveis de serviço de acordo com as alterações à rede viária							
	BCC	Promover atividades de sensibilização para a sustentabilidade. Promover hábitos sustentáveis.Promover o uso sustentável dos espaços florestais. Monitorizar consumos de energia locais.Proceder a uma avaliação das necessidades dos residentes e visitantes ao nível da intermodalidade de transportes.							
	População em geral	Participar ativamente em Processos de consulta pública associados às oportunidades e riscos identificados no âmbito do PUSC, relacionados com eficiência energética, aproveitamento de FER e mobilidade	Consta no Relatório de Ponderação da Participação na Discussão Pública						



FCD	Diretrizes de Planeamento e Gestão	Indicadores	valores de Base apurados em 2015	valores de Base apurados em 2019	Unidades de Medição	Periodicidade	Metas	Medidas executadas/em Curso	Fontes de informação
FCD	Diretrizes de Planeamento e Gestão	Indicadores	valores de base apurados em 2015	valores de Base apurados em 2019	Unidades de Medição	Periodicidade	Metas	Medidas executadas/em Curso	Fontes de informação
	Clarificar os usos característicos, usos permitidos e parâmetros urbanísticos.	Usos/Parâmetros Urbanísticos definidos no Regulamento do Plano Urbanização da Serra da Carregueira	n. determinado	n. determinado		Bianual	Dar Cumprimento ao PUSC		CMS
	Promover a transparência da programação e os mecanismos de Intervenção público-privada.	Definido no Programa de Execução do PUSC, o qual contém disposições Indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas.	n. determinado	n. determinado		Bianual			
	Promover a aplicação de revisões periódicas do PUSC tendo em conta as dinâmicas territoriais adequadas e monitorizadas.	Questionar as unidades orgânicas e entidades com responsabilidade nas temáticas a serem monitorizadas	Consultadas todas a unidades orgânicas e entidades envolvidas	Consultadas todas a unidades orgânicas e entidades envolvidas		Bianual	Dar cumprimento ao estabelecido na Declaração Ambiental		
	Otimizar o funcionamento dos serviços.	Execução qualificada de uma tarefa em tempo útil				Bianual			
	Garantir a melhor relação custo-benefício nos diversos sectores de intervenção municipal.	Recursos Humanos existentes e necessários para a execução dos objetivos tendo em conta a formação académica e utilização racional dos recursos materiais existentes e Imprecendíveis para a executar desses objetivos	Unidade orgânica - DPPE	Unidade orgânica - DPPE	Nº	Bianual			CMS
	Otimizar os recursos existentes para evitar a dispersão de esforços e meios, garantir a qualidade e eficácia pretendidos, e maximizar a sua utilização.	Definido no Programa de Execução do PUSC, o qual contém disposições Indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas.							
	Definir um modelo de governação que assegure a articulação entre a administração pública, o sector privado e a sociedade civil para conjugação dos interesses comuns.	Definido no Programa de Execução do PUSC, o qual contém disposições Indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas.							
	Clarificar as condições em que as atividades de exploração de recursos se possam desenvolver cumulativamente.					Bianual			
	Definir estratégias integradas de desenvolvimento de segmentos associados ao turismo.								
	Promover e comercializar novas unidades de alojamento turístico.	Tipologia de alojamento turístico/nº de unidades turísticas de alojamento	2 unidades turísticas	n. determinado	Nº	Bianual	Aumentar/Incrementar		CMS
	Promover a iniciativa privada, as parcerias público-privadas e a participação pública na dinamização e projeção da Serra da Carregueira.	Definido no Programa de Execução do PUSC, o qual contém disposições Indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas.	n. aplicavel	n. aplicavel					
	Incentivar a gestão conjunta do Parque Municipal da Serra da Carregueira e promover o envolvimento ativo dos cidadãos na promoção da utilização sustentável.	Nº de utilizadores/visitantes	n. aplicavel	n. aplicavel		Bianual			
	Apoiar em cedências para ativar mecanismos de coresponsabilização.	Definido no Programa de Execução do PUSC, o qual contém disposições Indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas.	n. aplicavel	n. aplicavel		Bianual			
	Promover a combinação de mecanismos de financiamento público-privado para a gestão do PUSC.								
	Garantir a existência de um quadro regulamentar para licenciamento das atividades que se desenvolvem e conformidade com as indicações do PUSC.								
	Orientar a atuação dos agentes envolvidos na atividade de planeamento e gestão.	Definido no Regulamento do Plano de Urbanização da Serra da Carregueira	n. aplicavel	n. aplicavel		Bianual			
	Assegurar o desenvolvimento de metodologias e ferramentas de participação pública.	Definido no Programa de Execução do PUSC, o qual contém disposições Indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas.					Dar cumprimento ao estabelecido no Programa de Execução do PUSC	n. aplicavel	
	Promover sessões públicas de esclarecimento e debate descentralizadas por UOPG.	Nº de sessões de esclarecimentos	n. aplicavel	n. aplicavel	nº	Bianual	Aumentar/Incrementar	n. aplicavel	CMS e Juntas de Freguesia
	Promover o recurso a formas de envolvimento dos cidadãos no planeamento e gestão municipais.	Definido no Programa de Execução do PUSC, o qual contém disposições Indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas.	n. aplicavel	n. aplicavel	nº	Bianual	Dar cumprimento ao estabelecido no Programa de Execução do PUSC	n. aplicavel	CMS
	Assegurar o estabelecimento de um modelo de governação como estrutura de gestão do PUSC, definindo claramente responsabilidades e competências, bem como a capacitação necessária para assegurar esta função, prevendo nomeadamente os recursos necessários.	Definido no Programa de Execução do PUSC, o qual contém disposições Indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas.	n. aplicavel	n. aplicavel	Nº	Bianual	Dar cumprimento ao estabelecido no Programa de Execução do PUSC	n. aplicavel	CMS
	Limitar a intervenção dos privados nas zonas consideradas estratégicas para a gestão pública do PUSC.	Definido no Programa de Execução do PUSC, o qual contém disposições Indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas.	n. aplicavel	n. aplicavel	Nº	Bianual			CMS
	Desenvolver e implementar mecanismos que impeçam o aparecimento de novos clandestinos e assegurem a demolição das edificações legais.	Definido no Regulamento do PUSC	n. aplicavel	n. aplicavel	Nº	Bianual			CMS
	Fixar os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território.	Definido no Regulamento do PUSC	n. aplicavel	n. aplicavel	usos do solo	Bianual	Articular e integrar atempadamente as propostas do PUSC na estrutura de usos promovida pela revisão do PDM, atualmente em curso	n. aplicavel	CMS
	Evitar a proliferação de iniciativas turísticas em meio rural sem garantia de viabilidade económica e ambiental.	Infraestruturas urbanas e de saneamento básico existentes, bem como a destruição do uso e ambiental que pode provocar	n. aplicavel	n. aplicavel	%	Bianual	Controlo da especulação turística em espaço rustico	n. aplicavel	CMS
	Estabelecer critérios para o licenciamento de atividades turísticas.	Empregabilidade, Impacto social na área periférica	n. aplicavel	n. aplicavel	%	Bianual	Controlo da especulação turística em espaço rustico	n. aplicavel	
	Incentivar e promover a cooperação e formação de parcerias entre os diferentes sectores.	Ações de Formação/protocolos de cooperação	n. determinado	n. determinado	%	Bianual	Aumentar/incentivar	n. aplicavel	CMS
	Assegurar a criação das condições de atratividade.	Nº de novas empresas criadas	n. determinado	n. determinado	%	Bianual	Aumentar/incentivar	n. aplicavel	CMS
	Garantir que o financiamento é simultaneamente adequado e fiável ao nível em que vai ser aplicado.	Regras definidas no Programa de Execução do PUSC	n. determinado	n. determinado	%	Bianual	Controlo	n. aplicavel	CMS
	Reforçar a eficácia da fiscalização e melhorar a aplicação da legislação existente.	Parâmetros urbanísticos e uso do solo estabelecido no Regulamento do PUSC	n. determinado	n. determinado	Nº	Bianual	Controlo	n. aplicavel	CMS
	Criar redes de cooperação entre as partes interessadas e uma plataforma de informação e comercialização da Serra da Carregueira.	Nº de redes de cooperação estabelecidas	n. determinado	n. determinado	%	Bianual		n. aplicavel	CMS
	Promover a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos para reforçar a qualidade e eficiência da gestão territorial.	Nº de ações de Informação reclamações	Nº de n. determinado	n. determinado	%	Bianual	Aumentar/Incrementar	n. aplicavel	CMS
	Incentivar à criação de redes de Infraestruturas de TIC.								
	<b>Diretrizes de monitorização</b>	<b>Indicadores de monitorização</b>	<b>valores de base apurados em 2015</b>	<b>valores de Base apurados em 2019</b>	<b>Unidades de Medição</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Metas</b>	<b>Medidas executadas/em Curso</b>	<b>Fontes de informação</b>
	Monitorizar a capacitação para a implementação do PUSC.	Grau de concretização do PUSC. Nº de ações enquadradas por UE. Atribuição de recursos por sector e sua utilização. Sistematização e justificação das situações de inconformidade ou desadequação.	n. aplicavel n. aplicavel n. aplicavel n. aplicavel	Consta no 1º Relatório de Monitorização n. determinado n. determinado n. determinado	% Nº % %	Bianual Bianual Bianual Bianual		n. aplicavel n. aplicavel n. aplicavel n. aplicavel	CMS CMS CMS CMS
	Monitorizar a eficácia das plataformas colaborativas.	Nº de parcerias com atores locais para iniciativas de regeneração urbana. Nº de ações de cooperação territorial envolvendo a CMS. Nº de parcerias público-privadas de implementação turística.	n. aplicavel n. aplicavel n. aplicavel	n. determinado n. determinado n. determinado	Nº Nº Nº	Bianual Bianual Bianual	Attingir os objetivos definidos na proposta do Plano	n. aplicavel n. aplicavel n. aplicavel	CMS CMS CMS
	Monitorizar o funcionamento e manutenção do sistema proposto.	Porcentagem do orçamento municipal afeto a iniciativas de revitalização urbana. Intervenções com responsabilidade dos privados. Fiscalizar a ocupação urbana legal. Índice de cedências concretizado para áreas de equipamentos e desenvolvimento turístico.	n. aplicavel n. aplicavel n. aplicavel n. aplicavel	n. determinado n. determinado n. determinado 22,2 há - Parque Municipal Florestal	% % % %	Bianual Bianual Bianual Bianual	195 há - Parque Municipal Florestal	n. aplicavel n. aplicavel n. aplicavel n. aplicavel	CMS CMS CMS CMS
	Monitorizar a implementação de projetos e atividades futuras	Concretização de projetos. Fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares. Novos licenciamentos	n. aplicavel n. aplicavel n. determinado	n. determinado n. determinado n. determinado	% % nº de licenciamentos	Bianual Bianual Bianual	Consta no PUSC n. determinada	n. aplicavel n. aplicavel n. aplicavel	CMS CMS CMS
	Monitorizar a participação dos cidadãos e a eficácia dos processos de envolvimento.	Grau de satisfação dos processos de participação pública. Grau de concretização de intervenções públicas no âmbito de processos de participação pública.	10 participações no âmbito da Discussão Pública n. aplicavel	n. determinado n. determinado	nº Nº	Bianual Bianual	Análise das participações e resposta das mesmas de acordo com o estipulado no Regulamento do PUSC e PDM	n. aplicavel n. aplicavel	CMS CMS
	<b>Diretrizes Governança (entidades Intervententes)</b>	<b>Indicadores por entidades</b>	<b>valores de base apurados em 2015</b>	<b>valores de Base apurados em 2018</b>	<b>Unidades de Medição</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Metas</b>	<b>Medidas executadas/em Curso</b>	<b>Fontes de informação</b>
	CCDR LVT	Assegurar que os critérios de interpretação do PROT - AML à escala local são claros para a CMS, monitorizando e garantindo a correta implementação das estratégias e promovendo parcerias.							
	CMS	Articular as ações de planeamento e gestão com as estratégias regionais em matéria de Ordenamento do Território. Promover a partilha de informação. Assegurar e reforçar o papel liderante, desempenhando uma função catalisadora e dinamizadora de projetos futuros. Promover e articular as ações de planeamento e gestão com as partes interessadas. Incentivar o estabelecimento de modelos de cooperação público-privada. Desenvolver ações de capacitação técnica ao nível dos serviços internos para implementar adequadamente o modelo de gestão integrada preconizado pela divisão em UOPG. Elaborar um guia de boas práticas de elaboração de processos de participação pública. Planejar as ações de fiscalização de forma integrada com os demais sectores da autarquia. Estimular e apoiar projetos que fomentem o aparecimento de novas dinâmicas de produção e procura.	Enquadramento do PUSC nas ações de planeamento e estratégias municipais e nacionais.						
	Organismos Sectoriais da Administração Pública	Contribuir para a articulação e cooperação institucional, promovendo a criação de plataformas colaborativas e a monitorização e disponibilização de informação relacionada com as suas áreas de competência.							
	Privados	Adotar modelos mais sustentáveis na gestão operacional das suas atividades. Incentivar o estabelecimento de modelos de cooperação público-privada. Incentivar a participação pública.							
	ONG e População em geral	Ter iniciativas individuais de participação e exercício da cidadania, nomeadamente na monitorização do PUSC. Participar ativamente nos processos de decisão relativos à gestão do PUSC, assegurando o cumprimento e salvaguarda do Interesse público							

## 5. Conclusões/Considerações Finais

Sendo o objetivo central deste estudo a promoção e acompanhamento sistemático de um conjunto de indicadores/medidas no âmbito do modelo de avaliação ambiental, constante na Declaração Ambiental, por forma a monitorizar os impactes sobre o ambiente das diversas dinâmicas despoletadas pela execução do plano, destacam-se as principais conclusões/considerações finais:

- A avaliação e controlo ambiental além de ser um processo contínuo, pretende ser um instrumento interativo já que a implementação das ações/metasp descritas na DA, além de relacionar diferentes entidades, será sempre avaliada e adequada ao contexto em que está inserido.
- A monitorização funciona, assim, como forma de avaliar o comportamento do plano, avaliando se as ações/metasp apontadas vão de encontro aos objetivos e contribuem para um desempenho positivo dos indicadores definidos na DA ( de referir a inexistência de alguns valores de referência na Declaração Ambiental, respeitante a alguns indicadores preconizados; a ausência e dificuldade de aferir alguns dados alfanuméricos atualizados, lacuna de informação, e a indefinição de metas para cada um dos indicadores.)
- Face aos eixos e objetivos estratégicos do PUSC, são de prever impactes positivos significativos no FCD#1 - Paisagem Multifuncional e Biodiversidade, resultantes da sua implementação, nomeadamente no que respeita à conceção do Parque Florestal Municipal da Serra da Carregueira, espaço que enquadra o início do Eixo Verde Azul e cujo pressuposto fundamental é o de requalificação e valorização da vegetação natural existente e da linha de água, através da sua limpeza e recuperação, assim como pela implementação de medidas de redução dos caudais de ponta como forma de evitar fenómenos de erosão e cheias. Acresce a plantação de exemplares arbóreos em espaços urbanos verdes públicos, fundamental para o bem-estar da população urbana. De referir, ainda, a criação do Conselho Estratégico Ambiental, cujo objetivo é garantir a cooperação de várias entidades que têm competência sobre matérias ambientais, desde recolha e tratamento do lixo, orla costeira, ordenamento do território e requalificação urbana.
- No FCD#4 – Eficiência Energética e Mobilidade, destaca-se a objetivo do município em matéria de mobilidade, trânsito e transportes para o concelho, nomeadamente na melhoria da acessibilidade e aumento de percursos pedestres e de ciclovias visando a promoção das deslocações a pé ou de bicicleta, ligando equipamentos, espaços públicos relevantes, zonas habitacionais, de comércio e serviços e ainda, ligar ao Eixo Verde Azul, à Ponte Verde e à Ciclovia da Estrada Nacional 117.

Refira-se, ainda, a concretização de medidas, para o concelho, que visam a melhoria da iluminação pública e respetiva redução da fatura energética, através da substituição das luminárias de vapor de sódio por LED, incremento da segurança e valorização do património existente.

- O incremento de novos espaços edificados, com destaque para o Alvará nº 11/2007, em nome de Colonade - Soc. Imobiliária, Sa, pode revelar alguns efeitos negativos sobre os FCDs, nomeadamente no que respeita ao aumento da área impermeabilizada na área do plano, desqualificação ambiental e paisagística resultante da sua implementação, devendo ser acauteladas as eventuais pressões que possam sobre eles ser exercidos e adotadas as medidas e recomendações de planeamento e de monitorização desenvolvidas no âmbito da AAE. Medidas acauteladas no Regulamento do Plano de Urbanização de Serra da Carregueira (PUSC) e no PDM de Sintra.
- Face ao anteriormente exposto, a concretização do PUSC está a ser efetuada de forma gradual e criteriosa, de acordo com as metas e ações definidas na DA.